

FILOSOFIA ANTIGA

Fonte: COTRIM, Gilberto; FERNANDES, Mirna: Fundamentos de Filosofia. São Paulo: Saraiva. 4. Ed. 2016.

WIKIPEDIA In: https://pt.wikipedia.org/wiki/Mulheres_na_filosofia. Consultado em 06/10/2020

Parte1

A FILOSOFIA

O termo Filosofia, criado por Pitágoras significa “Amor à Sabedoria”, ao juntar os termos “Philia” (Amor-Amizade) e “Sophia” (Sabedoria). Esse “Amor” Philia tem sentido de amizade, de querer muito alguma coisa, querer com intensidade, de forma que tem sido usado como radical para descrever patologias como Pedofilia, Necrofilia, Zoofilia.

Conforme a tradição histórica, a palavra filosofia foi usada pela primeira vez pelo pensador grego Pitágoras (c. 570-490 a.C.), quando o príncipe Leonte perguntou-lhe sobre a natureza de sua sabedoria. Pitágoras respondeu: “sou apenas um filósofo”. Com essa resposta, pretendia esclarecer que não detinha a posse da sabedoria. Assumia a posição de “amante do saber”, isto é, alguém que quer, ama e deseja o saber.

Com o decorrer do tempo, entretanto, a palavra filosofia foi ganhando um significado mais específico, passando a designar a busca de um tipo especial de sabedoria: aquela que nasce do uso metódico da razão, da investigação racional.

OS QUATRO AMORES

É preciso distinguir os diferentes termos da língua para descrever “amor” para se conseguir entender a distinção do amor do filósofo pela sabedoria do amor de uma jovem por seu namorado, por exemplo. São quatro “tipos” de amor, conforme a tradição grega, compilados por C. S. Lewis na obra “Os Quatro Amores”.

Amor Fraternal (Storge)

Storge (στοργή) é o afeto com a família, especialmente entre os membros da família ou pessoas que se encontraram nesse círculo social. É descrita como a mais natural, emotiva, e difundida forma do amor: natural que existe sem a coerção; emotiva porque é o resultado do afeto devido à familiaridade; e difundido o mais extensamente porque dá menos atenção aquelas duas características julgadas “valiosas” ou dignas do amor e, em consequência, pode transcender a maioria de fatores discriminadores. Ironicamente, sua força, entretanto, é o que a faz vulnerável. A afeição tem a aparência de estar “pré-fabricada” ou “pronta”, diz Lewis. Em consequência disto, as pessoas esperaram sua presença e comportamento naturalmente.

Amizade (Philia)

hilia (φιλία) é uma forte ligação entre pessoas que compartilham um interesse ou uma vida comum, é a amizade entre amigos e companheiros. Lewis explicitamente diz que a definição de amizade é mais estreita do que o mero companheirismo: A amizade em seu sentido real existe somente se houver algo para que a amizade esteja “embasada”. Esta é a menos natural dos tipos de amores, citados por Lewis; pois não é necessário um(a) progenitor(a) para ter afeição (storge), não tem o amor romântico e desejo envolvidos (eros) ou amor incondicional e divino (ágape).

Ele tem menos associação com impulso ou emoção. Apesar destas características, era a opinião dos antigos (e do próprio Lewis) que ele é o mais admirável dos amores porque ele não olha ao amado (como o eros), mas ele olha em busca do “embasamento”- por que o relacionamento lhe deu forma. Sem o benefício da amizade para enfraquecer a solidão e outros aspectos da psique humana, a

humanidade certamente estaria em ruínas. A amizade em si é o maior dos bens.

Amor Romântico (Eros)

(ἔρως) é o amor no sentido de “amor romântico”. Muitas vezes associado à sexualidade e suas vertentes, com seus pecados e prazeres. Lewis identifica o Eros como indiferente. Isto é bom porque promove a apreciação do amado não obstante com todo o prazer que puder ser obtido dele. Pode ser mau, entretanto, porque esta devoção cega esteve na raiz de muitas das tragédias, das mais abomináveis da história. De acordo com seu aviso que o “amor começa a ser demoníaco...”, adverte de encontro ao perigo da elevação do Eros ao status de um deus, ou seja, a idolatria do amor. É intenso e um dos piores tipos de amor, pois pode ser cruel e inebriante ao mesmo tempo.

Amor Incondicional (Ágape)

Ágape (ἀγάπη) é um amor considerado divino e incondicional. Lewis reconhece este como o maior dos amores, e vê-o como uma virtude especificamente cristã. O capítulo focaliza a necessidade de subordinar os amores naturais ao amor de Deus, que está repleto de amor caridoso. Lewis indica que “está assim cheio pelo fato que transborda e não pode ajudar-nos a amar.” Lewis compara metaforicamente o amor com um jardim, a caridade com os utensílios do jardineiro, o amante como o próprio jardineiro, e Deus como os elementos da natureza. O amor e a orientação de Deus agem em nosso amor natural (que não pode remanescer o que é por si) como o ato do sol e da chuva em um jardim: sem um ou outro, o objeto (metafórico do jardim; realisticamente o amor próprio) cessaria de ser bonito ou digno.

SITUAÇÃO FILOSÓFICA

O médico e o índio

Conta-se a seguinte experiência, vivida anos atrás por um grande médico paulista, filho de imigrantes italianos, enquanto trabalhava entre os índios xavantes, no Mato Grosso.

Em uma tarde tórrida dessa região central do Brasil, o médico saiu para caminhar com um dos indígenas, Rupawe, e decidiram refrescar-se no rio das Garças. Depois de nadarem por quase uma hora, sentaram-se para descansar e apreciar a paisagem à sua volta. A agradável sensação da brisa pareceu despertar no médico pensamentos sutis, resultando neste curto diálogo:

- Você é feliz, Rupawe?
- Sim – respondeu prontamente o índio.
- E você sabe o que é felicidade?
- Não.

Analisando a situação:

Primeiramente, analisemos juntos essa anedota ou historieta, que constitui nossa primeira situação. Isso nos ajudará a percorrer os distintos passos de uma experiência filosófica. (E vá se acostumando com esse procedimento, pois o filosofar começa, de modo geral, com uma análise.)

[Análise – divisão do todo em partes, para examinar cada uma delas e, depois, poder entender e explicar o todo composto dessas partes (síntese)]

Quem são os personagens dessa situação? Há dois personagens: um médico paulista, vindo de um centro urbano, e um índio xavante, que vivia com sua tribo no estado do Mato Grosso.

Qual deles passava por uma experiência diferente em seu cotidiano? Podemos deduzir que é o médico, porque nesse momento: a) trabalhava em um espaço físico-geográfico estranho para ele (o Mato Grosso); b) convivia com um grupo social que possuía uma cultura distinta da sua (a comunidade

xavante); e c) desenvolvia atividades que não poderia realizar em uma metrópole, como passear respirando ar puro e nadar em um rio não poluído, cercado da paisagem silvestre.

O que essa experiência parece ter causado nesse personagem? A vivência de um cotidiano distinto parece ter levado o médico a parar e pensar sobre as diferenças entre sua vida e a do nativo. Isso pode ser deduzido das perguntas que ele fez, as quais refletem preocupações como: “seria Rupawe feliz?”; “serei eu feliz?”; “se ambos somos felizes vivendo de maneiras tão distintas, o que torna uma vida feliz?”; e assim por diante.

Que problema filosófico essa conversação inspira? É o problema da felicidade, ou seja, o que é felicidade ou o que é ser feliz.

A narrativa apresenta alguma resposta para esse problema? Não. O relato se interrompe com a resposta negativa do indígena. Ele sabe que é feliz, mas não consegue dar uma definição de felicidade, dificuldade enfrentada pela maioria das pessoas.

Você concorda com a análise que fizemos? Reflita bem. Todo texto pode ser analisado de diferentes maneiras. Você proporia alguma outra pergunta para completar essa análise? Você responderia a alguma questão de maneira distinta?

Experiência filosófica

A análise que fizemos da situação anterior teve como propósito destacar dois processos básicos que marcam, de modo geral, a experiência filosófica: o estranhamento e o questionamento.

Estranhamento ou deslocamento

Trata-se do primeiro passo da experiência filosófica. Quando uma pessoa vive uma circunstância de deslocamento ou estranhamento, experimenta uma quebra ou interrupção no fluir normal de sua vida. Detém-se, então, para pensar ou observar algo que antes não via, ou que vivia de forma automática, sem se dar conta, sem atenção, sem se questionar.

Foi isso o que ocorreu com o médico durante sua permanência com os xavantes. Tal circunstância permitiu-lhe um distanciamento em relação à sua vida na cidade e, provavelmente, um contato com algumas de suas próprias crenças sobre a felicidade.

Questionamento ou indagação

Trata-se do segundo passo da experiência filosófica. Após viver o estranhamento, a pessoa Visitante de museu na Alemanha observa a pintura Simonia (Dorsale), de Nicola Samori. Na contemplação de uma obra de arte também podemos vivenciar uma quebra no fluir normal de nossas vidas.

Inicia um processo de questionamento (interno e externo) sobre o tema que lhe chamou a atenção.

Foi o que expressou o médico, em suas perguntas ao índio: a primeira, com enfoque particular (“você é feliz?”), cuja resposta corresponde apenas a esse indivíduo; a segunda, de enfoque geral ou universal (“o que é felicidade ou ser feliz?”), cuja resposta deveria valer para todas as experiências de felicidade dos seres humanos, ou até mesmo independentemente destes (a felicidade em si).

Certamente você já vivenciou, em algum momento, questionamentos semelhantes após algum acontecimento marcante em sua vida. Pode ter sido durante uma viagem para um lugar distante e distinto, na morte de um ser querido, em uma grande decepção amorosa etc. e aí começou a se questionar, mesmo que superficial e brevemente, sobre sua vida e a existência em geral. Pois, então, você estava tendo uma experiência filosófica, ainda que rudimentar. Estava dando os primeiros passos no filosofar.

Resposta filosófica

Falta-nos, porém, um terceiro passo para que haja uma experiência filosófica completa.

Prossigamos, então, em nossas descobertas. Na análise que fizemos da historietta inicial, a principal

questão encontrada foi a que envolve o conceito de felicidade, formulada na pergunta “o que é felicidade?”. Trata-se agora, portanto, de construir uma resposta para essa questão.

Após uma reflexão serena e profunda, a resposta a ser elaborada deverá constituir um discurso, isto é, a enunciação de um raciocínio, no qual as ideias deverão estar ordenadas de maneira lógica no sentido de expressar um entendimento sobre o problema e, na medida do possível, encontrar uma “solução” para ele.

Além disso, esse discurso deverá ter um caráter universal, isto é, pode ser aplicado a todos os casos ou pessoas. Essas são características importantes de uma resposta filosófica.

Isso quer dizer que as respostas filosóficas não são “qualquer” resposta, pois filosofar não é pensar de qualquer maneira, seja quando se pergunta ou quando se responde.

Sabedoria e Filosofia

Como a própria etimologia revela, a palavra **filosofia** é formada pelos termos gregos *philos*, “amigo”, “amante”, e *sophia*, “sabedoria”. Portanto, filosofia quer dizer “amor à sabedoria”.

e sabedoria, para os gregos, não era apenas um grande **saber teórico**, mas principalmente **prático**, tendo em vista que buscava atender ao que consideravam o objetivo supremo da vida humana: a felicidade.

Assim, a filosofia apresentava-se como um conhecimento superior que conduzia à **vida boa**, isto é, que indicava como viver para ser feliz. e o filósofo se reconhecia como aquele que buscava, praticava e ensinava um **método**, um **caminho para a felicidade**.

Origem da palavra filosofia

Conforme a tradição histórica, a palavra **filosofia** foi usada pela primeira vez pelo pensador grego **Pitágoras** (c. 570-490 a.C.), quando o príncipe Leonte perguntou-lhe sobre a natureza de sua sabedoria. Pitágoras respondeu: “sou apenas um filósofo”. Com essa resposta, pretendia esclarecer que não detinha a posse da sabedoria. Assumia a posição de “amante do saber”, isto é, alguém que quer, ama e deseja o saber.

Com o decorrer do tempo, entretanto, a palavra filosofia foi ganhando um significado mais específico, passando a designar a busca de um tipo especial de sabedoria: aquela que nasce do uso metódico da **razão**, da investigação racional.

Razão – faculdade (capacidade) da mente à qual corresponde o raciocínio (ou encadeamento lógico das ideias) e a possibilidade de compreender intelectualmente as coisas. opõe-se, nesse sentido, à compreensão que advém das sensações e da sensibilidade.]

Finalidade última da filosofia

Em sua origem histórica, a relação da filosofia com a felicidade era fundamental, pois a vida boa seria a finalidade última da investigação filosófica. Para que você entenda bem o que queremos dizer com “finalidade última” de uma ação, observe a seguinte sequência de perguntas:

• Filosofar para quê?

Para pensar melhor sobre tudo: os fatos, as pessoas, a vida.

• Pensar melhor sobre tudo para quê? Para encontrar soluções aos problemas da existência – a minha e a de outras pessoas.

• encontrar essas soluções serve para quê? Para ter menos problemas, ficar mais tranquilo e viver melhor.

• Viver melhor para quê? Para me sentir bem, em paz comigo mesmo e com o mundo.

• sentir-se assim para quê? Para ser feliz.

• ser feliz para quê? não sei. Talvez para deixar as pessoas que me cercam felizes também.

• Deixá-las felizes para quê? Para que eu fique feliz com a felicidade delas.

Vemos que, no final, as respostas começam a ser circulares. Voltam sempre ao mesmo ponto, ou seja, à ideia desse sentimento de bem-estar, de satisfação consigo mesmo e com a vida, ligada também à sensação de plenitude, de já ter tudo e não precisar de mais nada. essa é uma boa descrição da felicidade.

Portanto, finalidade última é aquela que está por detrás de todas as finalidades mais imediatas e conscientes de uma ação. geralmente inconsciente, ela é o motivo fundamental de uma conduta.

Finalidade última de todos os atos

Usando da mesma lógica contida nessa sequência de perguntas, podemos supor que a felicidade é igualmente a finalidade última de todos os nossos atos, mesmo de ações que parecem “ruins” por algum tempo, ou daquelas que realmente nos fazem mal e aos outros. É que, no fundo – conforme acreditam vários filósofos e psicólogos –, a intenção última de toda ação ou conduta é “positiva” no sentido de que, consciente ou inconscientemente, a pessoa está buscando, por meio dessa ação, trazer, preservar, aumentar seu bem-estar, ou mesmo evitar, acabar com uma dor, um sofrimento, uma tristeza. É o caso, por exemplo, do jovem que “malha” todos os dias na academia para alcançar uma boa condição física, que “racha” de estudar para passar no vestibular ou que realiza trabalhos voluntários em sua escola ou comunidade. são esforços, “sacrifícios”, ações em que se abandona o prazer imediato em busca de um bem maior, uma alegria.

Parece que a felicidade funciona como um ímã oculto que atrai as pessoas com seu magnetismo, impulsionando seus movimentos, suas ações.

Sem a perspectiva do bem que traz uma ação, ela perde seu sentido, e o magnetismo se desfaz. mas, quando temos essa perspectiva do bem que queremos e o alcançamos, vivemos um estado de satisfação com nossa situação no mundo.

Aliás, a etimologia revela que a palavra **felicidade** vem do latim *felicitas*, que, por sua vez, deriva do latim antigo *felix*, que significa “fértil, frutuoso, fecundo” (cf. Abbagnano, *Dicionário de filosofia*).

Felicidade é, portanto, um estado de fecundidade que gera vida e vitaliza nossa existência. No entanto, a busca da felicidade também está por detrás de muitos comportamentos autodestrutivos, como a dependência das drogas, do álcool e do tabaco, ou antissociais, como a violência e a delinquência, sem falar no simples egoísmo e na falta de consideração pelos demais.

Assim, afirmar que a felicidade é a finalidade última de todos os atos **não é** dizer que **todo e qualquer ato traz felicidade**. Como você já deve ter experimentado, muitas vezes o que se obtém é o oposto: buscamos felicidade e acabamos conseguindo infelicidade. Por isso é tão importante desenvolver um conhecimento mais crítico sobre o mundo, sobre as coisas. Como diz o ditado popular: “nem tudo o que reluz é ouro”.

Parte 2

Filosofia pré-socrática (Filósofos da natureza)

Pólis e razão

A passagem do mito ao logos

Na história do pensamento ocidental, a Filosofia nasceu na Grécia entre os séculos VII e VI a.C., promovendo a passagem do **saber mítico** (alegórico) ao **pensamento racional** (*logos*). Essa passagem ocorreu durante longo processo histórico, sem um rompimento brusco e imediato com as formas de conhecimento utilizadas no passado.

Durante muito tempo os primeiros filósofos gregos compartilharam de crenças míticas, enquanto desenvolviam o conhecimento racional que caracterizaria a filosofia. Essa transição do mito à razão “significa precisamente que já havia, de um lado, uma lógica do mito e que, de outro lado, na realidade filosófica ainda está incluído o poder do lendário” (Châtelet, *História da filosofia: ideias, doutrinas*, v. 1, p. 21).

conforme analisa o historiador francês Pierre Grimal (1912-1996) em *A mitologia grega*:

O mito se opõe ao *logos* como a fantasia à razão, como a palavra que narra à palavra que demonstra. *Logos* e mito são as duas metades da linguagem, duas funções igualmente fundamentais da vida do espírito.

O *logos*, sendo uma argumentação, pretende convencer. O *logos* é verdadeiro, no caso de ser justo e conforme à “lógica”; é falso quando dissimula alguma burla secreta (sofisma). Mas o mito tem por finalidade apenas a si mesmo. Acredita-se ou não nele, conforme a própria vontade, mediante um ato de fé, caso pareça “belo” ou verossímil, ou simplesmente porque se quer acreditar.

O mito, assim, atrai em torno de si toda a parcela do irracional existente no pensamento humano; por sua própria natureza, é aparentado à arte, em todas as suas criações. (p. 89.)

A força da mensagem dos mitos reside, portanto, na capacidade que eles têm de sensibilizar estruturas profundas, inconscientes, do psiquismo humano. então vamos conhecer um pouco da mitologia grega.

Mitologia grega

Os gregos cultuavam uma série de **deuses** (Zeus, Hera, Ares, Atena etc.), além de **heróis** ou **semideuses** (Teseu, Hércules, Perseu etc.). Relatando a vida desses deuses e heróis e seu envolvimento com os humanos, criaram uma rica **mitologia**, isto é, um conjunto de lendas e crenças que, de modo simbólico, fornecem explicações para a realidade universal.

A mitologia grega é formada por grande número de “relatos maravilhosos” ou lendas que inspiraram e ainda inspiram diversas obras artísticas ocidentais.

O mito de Édipo, rico em significados, é um exemplo disso. Na antiguidade, foi utilizado pelo dramaturgo **Sófocles** (496-406 a.c.), na tragédia *Édipo rei*, para uma reflexão sobre as questões da culpa e da responsabilidade dos indivíduos perante as normas e os **tabus**. Leia no boxe a seguir um resumo desse relato mítico.

[Tabu – comportamento que, dentro dos costumes de uma comunidade, é considerado nocivo e perigoso, sendo por isso proibido a seus membros.]

A saga de Édipo

Laio, rei da cidade de Tebas e casado com Jocasta, foi advertido pelo **oráculo*** de que não poderia gerar filhos. Se esse aviso fosse desobedecido, seria morto pelo próprio filho e muitas outras desgraças surgiriam.

[Oráculo – resposta que os deuses davam a quem os consultava.]

Laio não acreditou no oráculo e teve um filho com Jocasta. Quando a criança nasceu, porém, arrependido e com medo da profecia, ordenou que o recém-nascido fosse abandonado em uma montanha, com os tornozelos furados, amarrados por uma corda (o edema provocado pela ferida é a origem do nome Édipo, que significa “pés inchados”).

Mas o menino não morreu. Pastores o encontraram e o levaram ao rei de corinto, Políbio, que o criou como se fosse seu próprio filho. Já adulto, ao ouvir rumores de que era filho ilegítimo, procura o oráculo de Delfos em busca da verdade. O oráculo não responde à sua dúvida, mas revela seu trágico destino: matar o pai e se casar com a mãe.

Para evitar que a profecia aconteça, foge de corinto em direção a Tebas. No decorrer da viagem, porém, encontra-se por acaso com o rei de Tebas, Laio. arrogante, o rei ordena-lhe que deixe o caminho livre para sua passagem. Édipo desobedece às ordens do desconhecido e uma luta se trava entre ambos, na qual Édipo mata Laio.

Sem saber que havia matado o próprio pai, prosseguiu sua viagem. No caminho, deparou-se com a esfinge, um monstro metade leão, metade mulher, que lançava enigmas aos viajantes e devorava quem não os decifrasse, atormentando os moradores de Tebas.

A esfinge apresenta a Édipo este enigma: “Qual é o animal que de manhã tem quatro pés, dois ao meio-dia e três à tarde?”. Édipo responde: “É o homem. Pois na manhã da vida (infância) engatinha com pés e mãos; ao meio-dia (na fase adulta) anda sobre dois pés; e à tarde (velhice) necessita das duas pernas e do apoio de uma bengala”. Furiosa por ver o enigma decifrado, a esfinge se mata.

Como recompensa por ter salvado Tebas desse flagelo, Édipo é proclamado rei e casa-se com a viúva de Laio, Jocasta, sua mãe verdadeira. Uma nova maldição, a peste, cai sobre a cidade. Consultado, o oráculo responde que a peste não findaria até que o assassino de Laio fosse castigado.

Ao longo das investigações para descobrir o criminoso, a verdade é esclarecida. Inconformado com seu destino, Édipo cega-se e Jocasta enforca-se. Édipo deixa Tebas, partindo para um exílio na cidade de Colona.

O complexo de Édipo

Como todo mito, a saga de Édipo apresentaria, em linguagem simbólica e criativa, a descrição de uma realidade universal da alma humana, de acordo com as interpretações desenvolvidas por Freud e Jung na passagem do século XIX para o século XX.

Elaborando uma reinterpretação psicológica desse mito grego, Freud transformou-o em elemento fundamental da teoria psicanalítica, sob o nome de **complexo de Édipo**.

O complexo de Édipo pode ser entendido como:

Conjunto organizado de desejos amorosos e hostis que a criança experimenta relativamente aos pais. Sob a sua chamada forma positiva, o complexo apresenta-se como na história de Édipo rei: desejo da morte do rival, que é a personagem do mesmo sexo, e desejo sexual pela personagem do sexo oposto. Sob sua forma negativa, apresenta-se inversamente: amor pelo progenitor do mesmo sexo e ódio ciumento ao progenitor do sexo oposto. Na realidade, estas duas formas encontram-se em graus diversos na chamada forma completa do complexo de Édipo.

Segundo Freud, o complexo de Édipo é vivido no seu período máximo entre os três e cinco anos [...].

O complexo de Édipo desempenha um papel fundamental na estruturação da personalidade e na orientação do desejo humano. (Laplanche e Pontalis, *Vocabulário da psicanálise*, p. 116.)

O nascimento da Filosofia

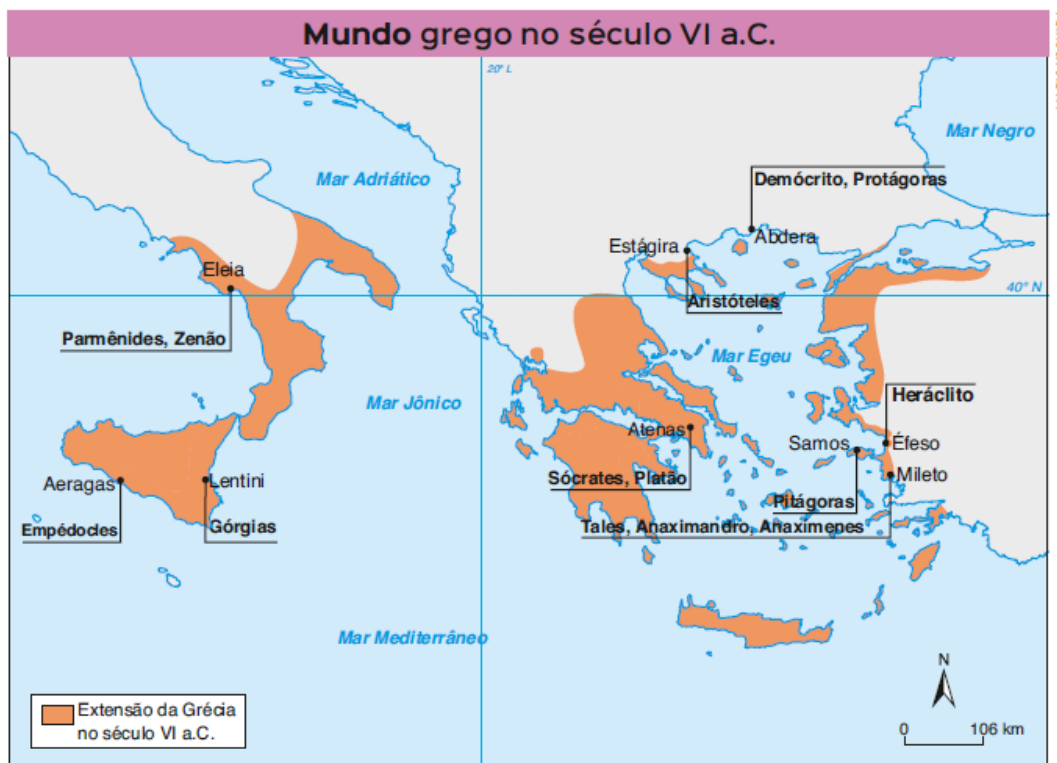
Segundo análise do historiador e filósofo francês Jean-Pierre Vernant (1914-2007), o momento histórico da Grécia antiga em que se afirma a utilização do *logos* (a **razão**) para resolver os problemas da vida estaria vinculado ao surgimento da **pólis**, cidade-estado grega.

A pólis foi uma nova forma de organização social e política, desenvolvida entre os séculos VIII e VI a.C., na qual os cidadãos passaram a dirigir os destinos da cidade. entendida como criação dos próprios cidadãos, e não dos deuses, a pólis podia ser explicada e organizada de forma racional, isto é, de acordo com a razão.

Debate em praça pública

Uma das características das cidades-estado gregas – especialmente Atenas – era a prática constante da discussão política em **praça pública** pelos cidadãos. Isso contribuiu para que o raciocínio bem formulado e convincente se tornasse, com o tempo, o modo adotado para refletir sobre todas as coisas, não só as questões políticas.

Por isso, para Vernant, **a razão grega é filha da pólis**, e o **nascimento da filosofia** relaciona-se de maneira direta com o universo espiritual que então surgiu.



Elaborado com base em: ALBUQUERQUE, Manoel Mauricio de et al. *Atlas histórico escolar*. 8. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1991. p. 87.

Pré-socráticos: Os primeiros filósofos gregos

De acordo com a tradição histórica, a fase inaugural da filosofia grega é conhecida como **período pré-socrático**

(isto é, anterior a Sócrates ou à sua filosofia). Assim, esse período abrange o conjunto das reflexões filosóficas desenvolvidas desde Tales de Mileto, no século VII a.c., até o século V a.C.

Cabe ressaltar, porém, que alguns filósofos chamados “pré-socráticos” foram contemporâneos de Sócrates, sendo assim designados porque mantiveram o tipo de investigação de seus predecessores, centrado na **natureza**. Sócrates, por sua vez, inaugurou outro tipo de reflexão, voltado ao **ser humano**, dando início à tradição clássica da filosofia grega.

É difícil conhecer o pensamento do período pré-socrático em toda a sua dimensão, pois são poucos os escritos encontrados de seus pensadores, e até mesmo suas datas de nascimento e morte são incertas.

A busca da *arché*

Dentre os objetivos desses primeiros filósofos, destaca-se a construção de uma **cosmologia** – explicação racional e sistemática das características do universo – que substituísse a antiga **cosmogonia** – explicação sobre a origem do universo baseada nos mitos.

Assim, com base na razão e não na mitologia, os primeiros filósofos gregos tentaram encontrar o **princípio substancial** ou **substância primordial** (a *arché*, em grego) existente em todos os seres, a “matéria-prima” de que são feitas todas as coisas.

Pensadores de Mileto

Quando afirmamos que a filosofia nasceu na Grécia, devemos tornar essa afirmação mais precisa. afinal, nunca houve na antiguidade um estado grego unificado. O que chamamos de Grécia nada mais era que o conjunto de muitas cidades-estado (pólis), independentes umas das outras e muitas vezes rivais.

Portanto, no vasto mundo grego, a filosofia teve como berço mais precisamente a cidade de **Mileto**, situada na Jônia, litoral ocidental da Ásia Menor (região hoje pertencente ao território da Turquia). Caracterizada por múltiplas influências culturais e por um rico comércio, Mileto abrigou os três primeiros pensadores da história ocidental a quem atribuímos a denominação **filósofos**. São eles: Tales, Anaximandro e Anaxímenes.

Tales: a água

Tales de Mileto (c. 623-546 a.c.) é tido como o pensador que deu início à indagação racional sobre o universo. Inspirando-se provavelmente em concepções egípcias, acrescidas de suas próprias observações de corpos hídricos – como rios e mares –, bem como da vida animal e vegetal, ele dizia: “tudo é água”.

Assim para Tales, a **água** – por permanecer basicamente a mesma em todas as transformações dos corpos, apesar de assumir diferentes estados (sólido, líquido e gasoso) – seria a *arché*, a substância primordial, a origem única de todas as coisas, presente em tudo o que existe.

Como princípio vital, a água penetraria todos os seres, de tal maneira que tudo seria animado por ela. Isso quer dizer que tudo teria **alma** (isto é, *anima* ou *psyché*) e, ao mesmo tempo, tudo seria também **divino** (ou “cheio de deuses”), pois não haveria separação entre o sagrado e o mundano.

O universo seria uno e homogêneo. apesar da simplicidade da afirmação de Tales a respeito da água – e considerando que a água não representava para ele o mesmo que representa hoje para nós –, pela primeira vez tentava-se explicar a **multiplicidade** da realidade de maneira sintética e simples, empregando um elemento natural e concreto, visível para todos.

Era também a primeira concepção **monista** da filosofia, pois considera que tudo o que existe pode ser reduzido a um princípio único ou realidade. Muitas outras concepções monistas surgiriam depois.

Anaximandro: o indeterminado

Outro filósofo de Mileto, **Anaximandro** (c. 610-547 a.c.), discípulo de Tales, procurou aprofundar as concepções do mestre sobre a origem única de todas as coisas e resolver os problemas que Tales lançara.

Ele buscou em meio aos diversos elementos observáveis e determinados no mundo natural – especialmente os tradicionais pares de contrários que se “devoram entre si” (água, terra, ar e fogo) –, mas não lhe foi possível identificar entre eles o princípio único e primordial de todos os seres. Anaximandro pensou, então, que deveria haver alguma substância diferente, ilimitada, e que dela nascessem o céu e todos os mundos nele contidos.

Foi assim que o filósofo chegou à conclusão de que a *arché* é algo que transcende os limites do observável, ou seja, que não se situa em uma realidade ao alcance dos sentidos, como a água. Por isso, denominou-a **ápeiron**, termo grego que significa “o indeterminado”, “o infinito” no tempo. O *ápeiron* seria a “massa geradora” dos seres e do cosmo, contendo em si todos os elementos opostos. Segundo sua explicação, por diversos processos naturais de **diferenciação entre contrários** (por exemplo, frio e calor) e de **evaporação** teriam surgido o céu e a terra, bem como os animais, em uma sucessão evolutiva que faz lembrar a bem posterior teoria da evolução das espécies (do século XIX).

O cosmo, para anaximandro, se manteria por compensações cíclicas entre os contrários (as sucessivas estações do ano) até ser reabsorvido no *ápeiron* e recriado novamente a partir deste. Isso significa que ele concebeu um cosmo dinâmico, mas limitado no tempo (que é cíclico), e que tem sua origem e seu fim no *ápeiron*, o qual é infinito.

Desse modo, temos certo retorno a algumas concepções relativas aos deuses primordiais (ao caos mítico, por exemplo), porém sem voltar diretamente a eles e com maior grau de abstração conceitual e justificação lógica.

Anaxímenes: o ar

A discussão sobre o problema da *arché* prosseguiu com um terceiro milésio, **Anaxímenes** (c. 588 -524 a.c.), discípulo de anaximandro. Ele concordava que a origem de todas as coisas era indeterminada, mas recusou-se a atribuir a essa indeterminação o caráter de *arché*. Para Anaxímenes, a substância primordial não poderia ser um elemento situa do fora dos limites da observação e da experiência sensível, como o *ápeiron* de Anaximandro.

Em discordância com aspectos do pensamento dos dois mestres anteriores, mas buscando uma síntese entre eles, Anaxímenes incorporou argumentos de ambos e propôs o **ar** como princípio de todas as coisas: “como nossa alma, que é ar, soberanamente nos mantém unidos, assim também todo o cosmo sopra e ar o mantém” (ANAXÍMeNeS, em Souza, *Pre-socráticos*, p. 51).

Ele considerou o fato de que o ar, quase inobservável, é um elemento mais sutil que a água, mas que ao mesmo tempo nos anima, nos dá vida, como testemunha nossa respiração. Infinito e ilimitado, penetrando todos os vazios do universo, o ar constituiria uma *arché* menos indeterminada que o *ápeiron*. também seria um princípio ativo, gerador de movimento, como nos ventos.

Segundo Anaxímenes, pelos processos de rarefação e condensação se formariam os outros elementos – que para os antigos eram a terra, a água e o fogo, além do próprio ar – e, a partir destes, todos os demais. a terra, por exemplo, seria o estado mais condensado (isto é, de menor volume) do ar, enquanto o fogo seria o mais rarefeito (de maior volume). Nascido do ar e movido por ele, o cosmo seria uma espécie de respiração gigante.

Pitágoras: os números

Resposta bastante distinta na busca da *arché* veio de **Pitágoras de Samos** (c. 570-490 a.c.).

Profundo

estudioso da matemática, Pitágoras defendeu a tese de que todas as coisas são **números**.

Conta-se que, para chegar a essa tese, primeiro teria percebido que à harmonia dos acordes musicais correspondiam certas proporções aritméticas. Supôs, então, que as mesmas relações se encontrariam na natureza. Unindo essa suposição aos seus conhecimentos de astronomia – com os quais podia, por exemplo, calcular antecipadamente o deslocamento dos astros –, concebeu a ideia de um cosmo harmônico, regido por relações matemáticas (teoria da harmonia das esferas).

Se para Pitágoras “tudo é número”, isso quer dizer que o princípio fundamental (a *arché*) seria a estrutura numérica, matemática, da realidade. a diferença entre as coisas resultaria, em última instância, de uma questão de

números. Os pitagóricos entendiam, por exemplo, que os corpos eram constituídos por pontos e a quantidade de pontos de um corpo definiria suas propriedades.

O mundo teria surgido da fixação de limites para o ilimitado (o *ápeiron*), da imposição de formas numéricas sobre o espaço. e da estrutura numérica da realidade derivariam problemas como finito e infinito, par e ímpar, unidade e multiplicidade, reta e curva, círculo e quadrado etc.

Observe que, com Pitágoras, pela primeira vez na história da filosofia ocidental se introduzia, na explicação da realidade, um elemento mais **formal**, fundado na ordem e na medida. (Um elemento formal é aquele que

considera as relações entre os termos de uma operação do entendimento independentemente da matéria ou conteúdo dessa operação.)

Há, portanto, um **monismo** em Pitágoras quando ele diz que tudo é número. No entanto, sua doutrina sobre a origem do mundo nos leva a pensar em uma concepção **dualista** da realidade, pois afirma que o mundo surgiu de um *ápeiron* (o indeterminado) determinado pelo **limite** – princípio este que instaura o múltiplo, mas mantém a unidade e a ordem universal. O limite operaria como um deus, ou seria o próprio Deus (cf. berNhArDt, *O pensamento pre-socrático*: de Tales aos sofistas, em Châtelet, *História da filosofia*: ideias, doutrinas, v. 1, p. 34).

Apaixonados pela matemática, os pitagóricos aliaram aos números concepções não apenas filosóficas,

mas também místicas, desenvolvendo uma visão espiritual da existência. Por isso, propuseram e praticaram um estilo de vida baseado na crença de que a alma é prisioneira do corpo e que dele se libera com a morte. Poderia, então, reencarnar-se em uma forma de existência mais elevada, dependendo do grau de crescimento e de virtude que a pessoa tivesse alcançado. Assim, para os pitagóricos, o principal propósito da existência humana seria o de purificar a alma e elevar suas virtudes.

As doutrinas pitagóricas tiveram grande influência sobre Platão e o platonismo. Recordemos, por último, que se atribui a Pitágoras o uso da palavra **filosofia** pela primeira vez.

Heráclito: fogo e devir

Em Éfeso, outra cidade jônica, desenvolveu-se um pensamento distinto e original. Isso se deveu a Heráclito (c. 535-475 a.c.), estudioso da natureza e preocupado com a *arché*.

Assim como os pensadores de Mileto, Heráclito observava que a realidade é dinâmica e que a vida está em constante transformação. Mas, diferentemente dos milésios – que buscavam na mudança aquilo que permanece –, decidiu concentrar sua reflexão sobre o que muda. Assim, o filósofo dizia que tudo flui, nada persiste nem permanece o mesmo.

O ser não é mais que o vir a ser. “tu não podes descer duas vezes no mesmo rio, porque novas águas correm sobre ti” (citado em Souza, *Pré-socráticos*, p. XXXI).

Heráclito também observou, como seus predecessores, a atuação dos **opostos** na natureza (frio e calor, seco e úmido etc.), mas radicalizou essa observação, conferindo papel essencial ao conflito em sua cosmologia. Desenvolveu, assim, uma visão da realidade profundamente **agonística** (do grego *agonistikós*, “relativo a luta”), pois para ele o fluxo constante da vida seria impulsionado justamente pela **luta de forças contrárias**: a ordem e a desordem, o bem e o mal, o belo e o feio, a construção e a destruição, a justiça e a injustiça, o racional e o irracional, a alegria e a tristeza etc.

Daí sua famosa afirmação de que “a luta (guerra) é a mãe, rainha e princípio de todas as coisas”.

É pela luta das forças opostas que o mundo se modifica e evolui. Por essa razão, Heráclito imaginou que, se devia haver um elemento primordial da natureza, este teria que ser o **fogo**, governando o constante movimento dos seres com chamas vivas e eternas. em suas palavras:

“Este mundo, que é o mesmo para todos, nenhum dos deuses ou dos homens o fez; mas foi sempre, é e será um fogo eternamente vivo, que se acende com medida e se apaga com medida” (Citado em Souza, *Pré-socráticos*, p. XXVIII).

A medida desse acender e apagar do fogo seria determinada pelo *logos* – o pensamento, a razão –, que para Heráclito era a razão criadora e unificadora das tensões opostas, a razão-discurso do filósofo: “É sábio escutar não a mim, mas a meu discurso” (citado em Souza, *Pré -socráticos*, p. XXX).

Dessa forma ele resgatava a unidade, mas

uma unidade descortinada pela mente atenta, desperta, em vigília.

Pela importância que deu ao movimento, a escola heraclitiana de pensamento é chamada de **mobilista**.

Pensadores de Eleia

As diversas cosmologias que acabamos de estudar despertaram, na época, uma nova questão. Por que tanta divergência? Por que tantas opiniões contrárias?

Foi assim que surgiu na cidade de Eleia outra forma de reflexão sobre a realidade, a qual se oporia tanto à preponderância fisicista dos pensadores de Mileto como ao mobilismo de Heráclito.

Trata-se da chamada **escola eleática**, da qual Parmênides foi o principal expoente.

Parmênides: o ser

Parmênides (c. 510-470 a.c.) entendia que o equívoco das pessoas e dos demais pensadores era conceder demasiada importância aos dados fornecidos pelos **sentidos**.

Embora também percebesse pela via sensorial a mudança e o movimento no mundo, Parmênides achava contraditório buscar a essência (a *arché*) naquilo que não é essencial, buscar a permanência naquilo que não permanece (a mudança, o movimento), ou supor que aquilo que é permanente pudesse converter-se em algo impermanente.

Assim, Parmênides optou por escutar o que lhe dizia a **razão** – e não os sentidos, que o faziam sentir a mudança – e proclamou que existe **o ser** e não é concebível sua não existência. em suas palavras: **“O ser é e o não ser não é”**.

Tentemos compreender melhor essa frase, aparentemente óbvia:

• **“o ser é”** – a primeira oração expressa a ideia de que o ser (ou aquilo que é) é **eternamente**, pois o ser constitui, para ele, a substância permanente das coisas. Portanto, o ser é de maneira **imutável** e **imóvel**, e é o único que existe.

O ser é a *arché* de Parmênides, não identificada com nenhum elemento natural, sensível, mas, ao mesmo tempo, equivalente a toda corporeidade, com tudo o que existe, pois o ser é **uno, pleno, contínuo e absoluto**;

• **“o não ser não é”** – a segunda oração traz a ideia de que o não ser (a negação do ser) não é, não tem ser, substância, essência. Portanto é nada, não existe. essa é uma conclusão lógica, pois, se o ser é tudo, o não ser só pode não existir.

Para Parmênides, o não ser se identificaria com a **mudança** (o devir), pois mudar é justamente não ser mais aquilo que era, nem ser ainda algo que é. em vista dessa formulação, Parmênides é considerado o primeiro filósofo a expor o **princípio de identidade** ($a = a$) e **de não contradição** (se $a = a$, é impossível, ao mesmo tempo e na mesma relação, $a = \text{não } a$), cuja argumentação seria depois mais bem desenvolvida por Aristóteles.

em seu poema filosófico *Sobre a natureza* (nessa época, a maioria dos pensadores ainda escrevia sob a forma de poemas), Parmênides expôs que dois caminhos para a compreensão da realidade têm sido trilhados. O primeiro é o da **verdade**, da razão, da essência. O segundo é o da **opinião**, da aparência enganosa, que ele considerava a via de Heráclito.

Quando a realidade é pensada pelo caminho da aparência, tudo se confunde em movimento, pluralidade e devir. De acordo com Parmênides, essa via precisaria ser evitada para não termos de concluir que “o ser e o não ser são e não são a mesma coisa”, o que seria um contrassenso, uma formulação ilógica. considera-se que foi a partir dessa discussão

Sobre os contrários, sobre o ser e o não ser, que se iniciaram as reflexões da **lógica** e da **ontologia**, quando esses dois campos de investigação filosófica ainda estavam intimamente relacionados.

Empédocles: os quatro elementos

Empédocles (c. 490-430 a.c.) esforçou-se por conciliar as concepções de Parmênides e Heráclito. Aceitava de Parmênides a racionalidade que afirma a existência e permanência do ser (“o ser é”), mas procurava encontrar uma maneira de tornar racionais também os dados captados por nossos sentidos.

Defendeu, assim, a existência de **quatro elementos** primordiais, que constituem as raízes de todas as coisas percebidas: o **fogo**, a **terra**, a **água** e o **ar**.

Esses elementos seriam movidos e misturados de diferentes maneiras em função de dois princípios universais opostos:

- **amor** (*philia*, em grego) – responsável pela força de atração e união e pelo movimento de crescente harmonização das coisas;

- **ódio** (*neikos*, em grego) – responsável pela força de repulsão e desagregação e pelo movimento de decadência, dissolução e separação das coisas.

Para Empédocles, todas as coisas existentes na realidade estão submetidas às forças cíclicas desses dois princípios.

Demócrito: o átomo

Finalmente, destacou-se na busca pela *arché* a resposta concebida por Demócrito (c. 460-370 a.c.), um contemporâneo de Sócrates de Atenas. Apesar de ser até mais novo que este, sua reflexão inscreveu-se principalmente dentro da tradição pré-socrática. Ele foi o responsável – junto com seu mestre, Leucipo – pelo desenvolvimento de uma doutrina que ficou conhecida pelo nome de atomismo.

Demócrito concordava com a necessidade de plenitude e unidade do ser (como havia afirmado Parmênides), mas não aceitava que o não ser (o movimento, a multiplicidade) fosse uma ilusão.

Para ele, a experiência do movimento era justamente a prova da existência de um não ser, que em sua concepção seria, como veremos, o vazio.

Aproximando-se da concepção físico-química e moderna da realidade, sua doutrina dizia que todas as coisas que formam a realidade são constituídas por partículas invisíveis (por serem muito minúsculas) e indivisíveis. Demócrito denominou-as, portanto, átomos – palavra de origem grega que significa “não divisível” (a, negação; tomo, parte, divisão). Como o ser parmenídico, o átomo democrítico seria uno, pleno e eterno.

No entanto, para o filósofo, toda a realidade é composta também do **vazio**, que representa a ausência de ser (o não ser). É o vazio que, segundo ele, torna possível o movimento do ser – que é o movimento dos átomos, segundo a teoria atomista.

Sem espaço vazio, nenhuma coisa poderia se mover, argumentava o filósofo.

Os átomos seriam **homogêneos** entre si, isto é, teriam o mesmo ser, a mesma natureza fundamental. No entanto, seriam **infinitos** em número por sua figura ou configuração (conceito explicado adiante).

Nesse sentido, seriam **heterogêneos** e nunca se converteriam uns nos outros, razão pela qual o atomismo pode ser considerado uma doutrina **pluralista**.

Há também um **dualismo** em sua concepção, pelo fato de afirmar que toda a realidade é composta de átomos e de vazio. Mas sabemos que o vazio era entendido por Demócrito como não ser, de modo que não era uma substância, não constituindo, portanto, uma *arché* em seu sentido pleno.

Demócrito também entendeu que os átomos estão em constante movimento espiralado (de vórtices), chocando-se uns com os outros ao **acaso**. Nesses entrecioques, podem atrair-se e aglomerar-se ou repelir-se e separar-se. Quando os átomos se aglomeram (sempre com certo vazio entre eles para que realizem sua movimentação eterna), formam-se os **distintos corpos**, com suas qualidades específicas, que nossos sentidos percebem. As distintas e infinitas composições dos átomos eram explicadas por Demócrito de acordo com três fatores básicos:

- **figura** – a forma geométrica de cada átomo que compõe o corpo, bem como sua grandeza e seu peso. Assim, átomo de figura a ≠ átomo de figura B. O fogo, por exemplo, seria um aglomerado de átomos de mesma figura, todos redondos, pequenos e leves, de acordo com Demócrito;

- **ordem** – a sequência espacial dos átomos de mesma figura que compõem um corpo. Assim, aB ≠ Ba;

- **posição** – a situação de cada átomo em relação às coordenadas espaciais. Assim, B ≠ m_ .

Os pensamentos e a alma eram explicados de maneira semelhante, pela aglomeração de átomos mais leves e sutis. E o nascimento e a morte não existiriam, no sentido de uma geração ou corrupção da matéria (isto é, transformações qualitativas); seriam apenas o resultado da união ou separação de átomos, e estes se manteriam sempre os mesmos, eternos. Daí a afirmação de Demócrito de que “nada nasce do nada, nada retorna ao nada”. Tudo tem uma causa. e os átomos seriam a causa última do mundo.

Por essa razão, o atomismo passou à história como uma teoria **mecanicista**, pois explica tudo a partir dos átomos (matéria) e seus movimentos. No mecanicismo, a sucessão dos acontecimentos é

necessária – no sentido de que segue uma lei natural que a determina –, mas ocorre ao **acaso** – no sentido de que não tem um projeto ou finalidade (não que não tenha uma causa). É como o mecanismo de uma máquina, que não define nada, apenas funciona de acordo com as leis físicas. assim devia pensar.

Demócrito quando disse que **tudo o que existe no universo nasce do acaso ou da necessidade**.

Pré-Socráticos (Período cosmológico da filosofia grega)

Monistas:

Milésios: Tales, Anaximandro, Anaxímenes

Heraclítico: Heráclito

Eleatas: Xenófanés, Parmênides, Zenão

Pluralistas:

Pitagóricos: Pitágoras

Empédocliano: Empédocles

Atomistas: Leucipo Demócrito

*Monistas e pluralistas conforme os aspectos enfocados neste capítulo.

Observação: Com exceção das escolas eleática e pitagórica de pensamento (que propuseram uma *arché* mais abstrata), as concepções dos pré-socráticos costumam ser consideradas fisicalistas ou materialistas, seja

porque seu enfoque se deu principalmente sobre a *physis*, seja porque tenderam a identificar entidades físicas como princípios explicativos de toda a realidade. Isso não quer dizer que esses filósofos negassem a existência da alma ou dos deuses. O enfrentamento entre matéria e espírito ou corpo e mente não havia surgido ainda na história das ideias. Para eles, tanto a alma como os deuses participavam dos mesmos princípios, da mesma *arché* que concebiam para tudo, como fica claro no atomismo. Essa noção começaria

a mudar com o dualismo platônico.

Mulheres na filosofia

A história da filosofia demonstra a presença de várias **mulheres filósofas**, embora com destaque reduzido em detrimento a sua condição de mulher. Isso se deve a vários fatores, dentre os quais a menor presença de mulheres em relação a homens nesse campo ao longo de toda a história, enquanto tratada como inferior e uma propriedade da vida privada. Em certos casos, porém, seus trabalhos não foram tão reconhecidos e difundidos simplesmente por questões culturais.

Antiguidade (Séc. XXIII a.C)

Enheduana

Foi o primeiro ser humano de que se tem notícia a assinar suas próprias obras, sendo por isso a primeira pensadora da História. Foi também a primeira sacerdotisa (sábua, filósofa) do templo da deusa lua; nestes templos dirigia várias atividades, comércio, artes; também eram ensinados matemática, ciências e especialmente o movimento das estrelas e dos planetas. Escreveu 42 hinos para a deusa Inana e é por isso uma das principais fontes da mitologia suméria.

Antiguidade(Séc. IX - IV a.C)

Lopamudra

Foi uma filósofa da Índia, que viveu em cerca de 800 a.C.; a ela deve-se um dos hinos do Rigveda e a disseminação *dos mil nomes da Deusa mãe*.

Temistocléia

Foi uma filósofa, matemática e uma alta profetisa de Delfos, que viveu no século VI a.C. e foi, segundo o filósofo Aristoxenos a grande mestra de Pitágoras, introduzindo-o aos princípios da ética. Depois de Pitágoras criar o termo *filosofia*, Temistocléia teria sido a primeira mulher filósofa do Ocidente.^[1]

Melissa

Melissa foi uma filósofa e matemática pitagórica.

Safo de Lesbos

Poetisa e educadora nascida em Mitilene, na ilha de Lesbos. Rivalizou com o poeta Alceo e, junto com ele, representa a criação da poesia lírica grega, em contraposição à poesia épica (Homero). Da sua obra conservaram-se dez livros.

Theana (546 a. C. -)

Nascida em 546 a.C., viveu na última parte do século VI a.C. foi uma matemática grega. É também conhecida como filósofa e física. Theana foi aluna de Pitágoras e supõe-se que tenha sido sua mulher. Acredita-se que ela e as duas filhas tenham assumido a escola pitagórica após a morte do marido.

Democracia ateniense

O debate em praça pública

Consideremos primeiramente o contexto histórico em que surgiu o pensamento clássico grego. Este coincidiu com o apogeu político, econômico e cultural das cidades gregas, produzido entre os séculos VI e IV a.C. (período clássico da história da Grécia antiga), especialmente de Atenas e de sua democracia.

Até meados do século VIII a.C., Atenas havia vivido sob o regime monárquico, mas o poder do rei foi passando aos poucos para as mãos dos arcontes, representantes da aristocracia ateniense (os eupátridas), que comandavam o governo da cidade. Entre os séculos VII e VI a.C., diversas reformas – promovidas sucessivamente por Drácon, Sólon e Clístenes – foram criando uma nova forma de governar, que se guiava basicamente pelo princípio da isonomia, isto é, de que todos os cidadãos têm o mesmo direito perante as leis. Nasceu, assim, a democracia ateniense.

A partir do século V a.C., sob a liderança de Péricles (499-429 a.C.), essas reformas políticas aprofundaram-se e Atenas atingiu grande esplendor, tanto no campo econômico como cultural. Nessa cidade viveu – ou por ela passou – boa parte dos mais destacados artistas e intelectuais da época, vindos de diversas partes do mundo grego: dramaturgos, arquitetos, escultores, historiadores e filósofos, entre outros.

É preciso ressaltar, no entanto, que há várias diferenças entre as democracias atuais e a antiga democracia ateniense. Apenas uma pequena parte da população masculina adulta era reconhecida como cidadão em Atenas. Além disso, tratava-se de uma sociedade escravista – escravos, mulheres e jovens menores de 21 anos não tinham direitos políticos. Nem mesmo os estrangeiros (os metecos, pessoas não nascidas em Atenas), que residiam em grande número na cidade, podiam participar da vida democrática.

Por outro lado, apesar dessas limitações, a democracia ateniense era uma democracia direta, isto é, cada cidadão tinha não apenas direito ao voto, mas também à palavra. As discussões se davam na chamada ágora, principal praça pública da cidade, onde todos os cidadãos se reuniam em assembleia.

Desse modo, propiciando a participação de um número maior de habitantes na discussão sobre temas práticos e públicos, a instituição democrática ateniense favoreceu também o desenvolvimento de uma cultura que valorizava o uso da palavra e da razão (conforme comentamos no capítulo anterior). As habilidades argumentativas e dialéticas dos cidadãos tornaram-se um bem cada vez mais apreciado. Foi nesse contexto que apareceram os sofistas e Sócrates.

Sofistas: a retórica

Os sofistas pertenciam, em geral, à periferia

do mundo grego. eram professores viajantes que vendiam seus ensinamentos, empregando a exposição ou o monólogo como método de ensino.

Conforme o interesse dos alunos, davam aulas de eloquência e de sagacidade mental ou ensinavam elementos úteis para o sucesso nas atividades públicas e privadas. Alguns deles diziam-se mestres em qualquer assunto, desde a arte de fazer sapatos até a ciência política e de como viver bem na pólis grega. Por isso eram chamados de sofistas, palavra de origem grega que quer dizer “grande mestre ou sábio”, algo como “supersábios”.

Segundo alguns estudiosos, entre os ensinamentos dos sofistas destacavam-se aqueles que tinham como principal objetivo o desenvolvimento da habilidade da argumentação, além do domínio de doutrinas divergentes. De acordo com essa interpretação, eles buscavam transmitir a seus discípulos todo um jogo de palavras, raciocínios e concepções úteis em um debate para driblar as teses dos adversários e convencer as pessoas.

O momento histórico vivido pela civilização grega – uma época de lutas políticas e intenso conflito de opiniões nas assembleias democráticas – favoreceu o desenvolvimento desse tipo de atividade em Atenas. Por isso, muitos cidadãos sentiam a necessidade de aprender a retórica ou oratória para conseguir persuadir as pessoas em assembleias e, muitas vezes, fazer prevalecer seus interesses individuais e de seu grupo social.

Retórica ou oratória – arte de falar e argumentar em público.

Essas características dos ensinamentos dos sofistas favoreceram o surgimento de concepções filosóficas relativistas sobre as coisas. Como vimos anteriormente, para o relativismo não há uma verdade única, absoluta (ou, se ela existe, não podemos conhecê-la). Assim, a “verdade” seria algo relativo ao indivíduo, ao momento histórico, a um conjunto de fatores, circunstâncias e consensos dentro de uma sociedade.

Heróis ou vilões?

Como vimos, o termo sofista teve originalmente um significado positivo. Entretanto, com o decorrer do tempo, ganhou o sentido de “enganador” ou “impostor”, devido sobretudo às críticas de Platão, cujo pensamento estudaremos mais adiante.

Desde então, considerou-se a sofística (ou arte dos sofistas) apenas uma atitude viciosa do espírito, uma arte de manipular raciocínios, produzir o falso, iludir os ouvintes, sem nenhum amor pela verdade. Verdade, em grego, se diz *aletheia*, que significa “manifestação daquilo que é”, “o não oculto”. *Aletheia* opõe-se a *pseudos*, que significa “o falso”, “aquilo que se esconde, que ilude”. Os sofistas pareciam não buscar a *aletheia*; contentavam-se com *pseudos*.

Por isso hoje se utiliza a palavra *sofisma*, derivada de *sofista*, para designar um raciocínio aparentemente correto, mas que na realidade é falso ou inconclusivo, geralmente formulado com

o objetivo de enganar alguém .

Entretanto, abordagens mais recentes sobre a atuação dos sofistas procuram mostrar que o relativismo de suas teses fundamenta-se em uma concepção flexível sobre os seres humanos, a sociedade e a compreensão do real, e esta não pode, portanto, ser reduzida a um único sistema. Assim, não existiriam valores ou verdades absolutas.

É importante destacar, por último, que não existe uma doutrina sofística única. o que há são alguns aspectos comuns entre as concepções de certos sofistas, como Protágoras, Górgias e outros, o que permitiu serem considerados um conjunto ou corrente.

Protágoras de Abdera

nascido em Abdera (a mesma cidade natal de Demócrito), Protágoras (c. 480-410 a.C.) é considerado o primeiro e um dos mais importantes

sofistas. ensinou por muito tempo em Atenas, tendo como princípio básico de sua doutrina a ideia de que o homem é a medida de todas as coisas.

Por essa frase ter chegado a nós isolada de seu contexto, teve várias interpretações. buscando uma síntese entre elas, podemos dizer que Protágoras afirmava que o mundo é aquilo que cada indivíduo ou grupo social consegue perceber que é. A realidade é relativa a cada um (indivíduo, grupo social, cultura), ou seja, depende de suas disposições, concepções, modos de ser e de viver. não se pode saber se há uma realidade absoluta. Desse modo, o mundo é como os seres humanos o interpretam, constroem ou destroem, múltiplo e variado, visão que coincide, em parte, com a de heráclito.

A filosofia de Protágoras sofreu críticas em seu tempo por dar margem a um grande subjetivismo: tal coisa será verdadeira se para mim parecer verdadeira, mas falsa para outro que a veja como falsa. Assim, qualquer tese poderia ser encarada como falsa e verdadeira ao mesmo tempo, dependendo da ótica de cada um.

essa visão relativista da realidade também ameaçava o projeto metafísico de conhecer os fundamentos do real (como esboçaram os pré-socráticos) ou a essência das coisas (como defenderiam Sócrates, Platão e Aristóteles), despertando por isso grande oposição.

Górgias de Leontini

Górgias de leontini (c. 487-380 a.C.) foi um dos grandes oradores da Grécia. ele afirmava que um bom orador é capaz de convencer qualquer pessoa sobre qualquer coisa.

Como vimos anteriormente (no capítulo 10),

Górgias afirmava que:

- a) o ser não existe;
- b) se existisse, não poderia ser conhecido;
- c) mesmo que fosse conhecido, não poderia ser comunicado a ninguém.

Desse modo, aprofundando o subjetivismo relativista de Protágoras, atingiu um ceticismo absoluto.

Sócrates: a dialética

nascido em Atenas, Sócrates (469-399 a.C.) é tradicionalmente considerado um marco divisório da história da filosofia grega. Por isso, como vimos antes, os filósofos que o antecederam são chamados de pré-socráticos e os que o sucederam, de pós-socráticos. o próprio Sócrates, porém, não deixou nada escrito. o que se sabe dele e de seu pensamento vem dos textos de seus discípulos e de seus adversários.

Sócrates era filho de um escultor e de uma parteira – dupla herança que o levou a buscar esculpir, simbolicamente, uma representação autêntica do ser humano e a ajudar seus discípulos a dar à luz suas próprias ideias.

o estilo de vida de Sócrates assemelhava-se, exteriormente, ao dos sofistas, embora não “vendesse” seus ensinamentos. Desenvolvia o saber filosófico em praças públicas conversando com os jovens, sempre dando demonstrações de que era preciso unir a vida concreta ao pensamento. unir o saber ao fazer, a consciência intelectual à consciência prática ou moral.

tanto quanto os sofistas, Sócrates abandonou a preocupação dos filósofos pré-socráticos em explicar a natureza e concentrou-se na problemática do ser humano. no entanto, se opôs ao relativismo quanto à questão da moralidade e ao uso da retórica para atingir interesses particulares, entre outros aspectos que marcaram sua diferença com a tradição sofista.

Debate com sofistas

Embora em sua época tenha sido confundido com os sofistas, Sócrates travou uma polêmica profunda com esses filósofos. ele procurava um fundamento último para as interrogações humanas (o que é o bem? o que é a virtude? o que é a justiça?), enquanto os sofistas – conforme a visão de seus críticos – situavam suas reflexões a partir dos dados empíricos, o sensório imediato, sem se preocupar com a investigação de uma essência (da virtude, da justiça, do bem etc.) a partir da qual a própria realidade empírica pudesse ser avaliada. A pergunta fundamental de Sócrates era: qual é a essência do ser humano, ou o que o ser humano é essencialmente? Sua resposta apontava para a ideia de que o ser humano é sua alma, entendida aqui como a sede da razão, o nosso eu consciente (que inclui a consciência intelectual e a consciência moral), pois é o que nos distingue de todos os outros seres da natureza.

Por isso, o autoconhecimento era um dos pontos básicos da filosofia socrática. “Conhece-te a ti mesmo”, frase inscrita no oráculo de Delfos, era a recomendação primordial feita por Sócrates a seus discípulos.

diálogo crítico

Como vimos antes, a filosofia de Sócrates era desenvolvida mediante o diálogo crítico (ou dialética) com seus interlocutores, o qual pode ser dividido em dois momentos básicos:

- refutação ou ironia – etapa em que o filósofo interrogava seus interlocutores sobre aquilo que pensavam saber, formulando-lhes perguntas e procurando evidenciar suas contradições. Seu objetivo

era fazê-los tomar consciência profunda de suas próprias respostas, das consequências que poderiam ser tiradas de suas reflexões, muitas vezes repletas de conceitos vagos e imprecisos;

- maiêutica – etapa em que ele propunha aos discípulos uma nova série de questões, com o objetivo de ajudá-los a conceber ou reconstruir suas próprias ideias. Por isso, essa fase é chamada de maiêutica, termo que em grego significa “arte de trazer à luz”.

Um corruptor da juventude?

Sócrates não dava importância à condição socioeconômica de seus discípulos. Dialogava com ricos e pobres, cidadãos e escravos. O que importava eram as qualidades interiores de cada pessoa, condições indispensáveis ao processo de autoconhecimento.

Como não fazia distinção entre seus interlocutores e questionava tudo, incluindo crenças e valores comuns, foi considerado uma ameaça social, um subversivo. Interessado na prática da virtude e na busca da verdade, contrariava os valores dominantes da sociedade ateniense. Por isso, recebeu a acusação de ser injusto com os deuses da cidade e de corromper a juventude. No final do processo foi condenado a beber cicuta (veneno mortal extraído de uma planta de mesmo nome).

Diante dos juízes, Sócrates assumiu uma postura altaneira e imperturbável, de quem nada teme.

Permanecia absolutamente em paz com sua própria consciência.

Alguém de vós poderia talvez alterar-me: “Sócrates, não te envergonhas de haveres exercido tal atividade, que agora coloca em risco tua vida?” Eu responderia a este: “Não falas bem se pensas que alguém, tendo a capacidade de fazer algum bem, mesmo sendo pequeno, deva calcular os riscos de vida ou de morte e não deva olhar o injusto e se pratica as ações de homem honesto e corajoso ou de infame e mau.

Estás enganado, se pensas que um homem de bem deve ficar pesando, ao praticar seus atos, sobre as possibilidades de vida ou de morte. O homem de valor moral deve considerar apenas, em seus atos, se eles são justos ou injustos, corajosos ou covardes. (Platão, Apologia de Sócrates, p. 80).

Por último, Sócrates dirigiu as seguintes palavras aos que o haviam absolvido:

Bem, é chegada a hora de partirmos, eu para a morte, vós para a vida. Quem segue melhor destino, se eu, se vós, é segredo para todos, exceto para a divindade. (p. 97.)

Foi assim que Sócrates procurou caracterizar sua vida. Construiu uma personalidade corajosa, guiando sua conduta pelo critério de justiça que encontrou como correto. Viveu conforme sua própria consciência. Morreu sem ter renunciado a seus mais caros valores morais.

A morte de Sócrates



(1787) – Jacques-Louis Davi.
na prisão, o filósofo conversa com seus discípulos sobre o tema da imortalidade da alma e estende a mão para a taça com o líquido mortal. Sócrates “ensinou que o que chamamos ‘alma’ é semelhante à mente consciente e que devemos tentar ser tão bons quanto nos for possível, em imitação da perfeição divina”. (Brodi, Sócrates y el camino hacia la iluminación, p. 20; tradução nossa.)

Política: Bem comum ou exercício do poder?

O que é política? Começemos nossa investigação buscando o significado básico dessa palavra. O termo política vem do grego politeia (que, por sua vez, deriva de polis, “cidade-Estado”) e designa, desde a Antiguidade, o campo da atividade humana que se refere à cidade, ao Estado, à administração pública e ao

conjunto dos cidadãos. Refere-se, portanto, a uma área específica das relações existentes entre os indivíduos de uma sociedade.

Desse modo, se queremos entender o fenômeno político, devemos começar estudando as características que o distinguem dos demais fenômenos sociais e analisando as instituições e as práticas das sociedades políticas existentes. Depois, poderemos também conjecturar sobre a melhor maneira de construir politicamente as sociedades futuras.

Disso se ocupou boa parte dos filósofos, o que deu origem ao campo de reflexão conhecido como filosofia política. integram a temática básica da filosofia política as investigações em torno do poder, do Estado, dos regimes políticos e formas de governo, além das questões sobre a participação dos cidadãos na vida pública e a liberdade política, entre outras. Veremos a seguir um pouco disso tudo.

Conceitos de política

A obra Política, de Aristóteles, é considerada um dos primeiros tratados sistemáticos sobre a arte e a ciência de governar a pólis e, portanto, da filosofia política. Foi devido, em grande medida, a essa obra clássica que o termo política se firmou nas línguas ocidentais.

Aristóteles entendia a política como uma “continuação” da ética, só que aplicada à vida pública. Assim, depois de refletir, em Ética a Nicômaco, sobre o modo de vida que conduz à felicidade humana, o filósofo investigou em Política as instituições públicas e as formas de governo capazes de propiciar uma maneira melhor de viver em sociedade. Aristóteles considerava essa investigação fundamental, pois, para ele, a cidade (a pólis) constitui uma criação natural e o ser humano também é, por natureza, um animal social e político.

O conceito grego de política como esfera de realização do bem comum tornou-se clássico e permanece até nossos dias, mesmo que seja como um ideal a ser alcançado.

Por sua vez, o conceito moderno de política – conforme assinalou o filósofo político italiano norberto bobbio (1909-2004) – está estreitamente ligado ao de poder. Essa ligação é enfatizada na célebre definição dada pelos cientistas políticos harold Dwight Lasswell e Abraham kaplan em sua obra Poder e sociedade, segundo a qual a política é o processo de formação, distribuição e exercício do poder.

Sendo o poder um tema central da discussão política moderna e contemporânea, os estudos nessa área geralmente se iniciam com uma análise do fenômeno do poder.

Fenômeno do poder

O que é poder? A palavra poder vem do latim *potere*, posse, “poder, ser capaz de”. refere-se fundamentalmente à faculdade, capacidade, força ou recurso para produzir certos efeitos. Assim, dizemos: o poder da palavra, o poder do remédio, o poder da polícia, o poder da imprensa, o poder do presidente.

Talvez com base no sentido etimológico da palavra, o filósofo britânico Bertrand Russell (1872-1970) tinha definido o poder como a capacidade de fazer os demais realizarem aquilo que queremos. Assim, o indivíduo que detém essa capacidade – ou meios – tem a faculdade de exercer determinada influência ou domínio sobre o outro e, por seu intermédio, alcançar os efeitos que desejar.

O fenômeno do poder costuma ser dividido em duas categorias: o poder do ser humano sobre a natureza e o poder do ser humano sobre outros seres humanos. Frequentemente, essas duas categorias de poder estão juntas e se complementam.

A filosofia política investiga o poder do ser humano sobre outros seres humanos, isto é, o poder social, embora também se interesse pelo poder sobre a natureza, uma vez que essa categoria de domínio igualmente se transforma em instrumento de poder social.

Formas de poder

Assim, voltando à definição de poder, se levarmos em conta o meio do qual o indivíduo se serve para conseguir os efeitos desejados, podemos destacar três formas básicas de poder social, conforme a análise de Norberto Bobbio:

- poder econômico – é aquele que utiliza a posse de bens socialmente necessários para induzir os que não os possuem a adotar certos comportamentos, por exemplo: realizar determinado trabalho;
- poder ideológico – é aquele que utiliza a posse de certas ideias, valores, doutrinas para influenciar a conduta alheia, induzindo as pessoas a determinados modos de pensar e agir;
- poder político – é aquele que utiliza a posse dos meios de coerção social, isto é, o uso da força física considerada legal ou autorizada pelo direito vigente na sociedade.

Desses três poderes (econômico, político e ideológico), qual seria o principal, o mais eficaz? Para Bobbio, é o poder político, cujo meio específico de atuação consiste na possibilidade de utilizar a força física legalizada para condicionar comportamentos.

Bobbio desenvolve o argumento de que o poder econômico é fundamental para que o mais rico subordine o mais pobre, assim como o poder ideológico é necessário para conquistar a adesão da maioria das pessoas aos valores do grupo dominante. No entanto, só o uso do poder político, da força física legalizada, serve, em casos extremos, para impor e garantir determinada ordem social. E nas relações entre dois ou mais grupos poderosos, em termos econômicos ou ideológicos, o instrumento decisivo na imposição da vontade é a guerra, que consiste no recurso extremo do poder político.

Estado: A instituição que detém o poder político

Vejamos agora uma das mais complexas instituições sociais criadas e desenvolvidas pelo ser humano ao longo da história: o Estado.

O termo Estado deriva do latim status (“estar firme”) e significa a permanência de uma situação de convivência humana ligada à sociedade política (cf. Dallari, Elementos de teoria geral do Estado, p. 51).

Muitos estudiosos procuraram compreender a realidade do Estado, mas foi o pensador alemão Max Weber (1864-1920) quem elaborou uma das conceituações mais conhecidas e debatidas entre os estudiosos do assunto. Podemos simplificá-la nos seguintes termos: Estado é a instituição política que, dirigida por um governo soberano, reivindica o monopólio do uso legítimo da força física em determinado território, subordinando os membros da sociedade que nele vivem (cf. Weber, Ciência e política, p. 56).

Origem do estado

Como se formou o Estado? E por quê? As circunstâncias específicas que deram origem à formação do Estado nas diversas sociedades humanas é um tema de difícil verificação, embora tenha despertado muita especulação ao longo da história da filosofia política, conforme veremos adiante.

Para a maioria dos autores, o Estado nem sempre existiu. Sabe-se que diversas sociedades, do passado e do presente, organizaram-se sem essa instituição. Nelas, as funções políticas não estavam claramente definidas e formalizadas em determinada instância de poder.

No entanto, em dado momento da história da maioria das sociedades, com o aprofundamento da divisão social do trabalho, certas funções político-administrativas e militares acabaram sendo assumidas por um grupo específico de pessoas. Esse grupo passou a deter o poder de impor normas à vida coletiva. Assim teria surgido o governo, por meio do qual foi se desenvolvendo o Estado.

Função do estado

E para que se desenvolveu o Estado? Qual seria sua função na sociedade? Não existe consenso sobre essa questão, embora muitas respostas já tenham sido dadas. Mas podemos destacar duas, que representam concepções opostas: uma é fornecida pela corrente liberal, e a outra, pela corrente marxista.

Concepção liberal

A corrente liberal centra sua análise em qual deve ser a função do Estado. Assim, de acordo com o liberalismo, o Estado deve agir como mediador dos conflitos entre os diversos grupos sociais, enfrentamentos inevitáveis aos indivíduos. O Estado deve promover a conciliação dos grupos sociais, amenizando os choques dos setores divergentes para evitar a desagregação da sociedade. sua função é, portanto, alcançar a harmonia entre os grupos rivais, preservando os interesses do bem comum.

Entre os pensadores liberais clássicos destacam-se os iluministas John Locke e Jean-Jacques Rousseau, cujas concepções políticas veremos adiante.

Concepção marxista

A corrente marxista centra sua análise em qual tem sido a função do Estado. Por isso afirma que o Estado não é um simples mediador de grupos rivais, isto é, daqueles que protagonizam a luta de classes, conforme a terminologia marxista. É uma instituição que interfere nessa luta de modo parcial, quase sempre tomando partido das classes sociais dominantes. Portanto, sua função é garantir o domínio de classe.

Isso ocorre devido a sua origem. Nascido dos conflitos de classes, o Estado tornou-se a instituição controlada pela classe mais poderosa, a classe dominante. Assim, [...] na maior parte dos Estados históricos, os direitos concedidos aos cidadãos são regulados de acordo com as posses dos referidos cidadãos, pelo que se evidencia ser o Estado um organismo para a proteção dos que possuem contra os que não possuem. (Engels, A origem da família, da propriedade privada e do Estado, p. 194.) os fundadores dessa corrente são Karl Marx e Friedrich Engels, cujas concepções políticas também serão estudadas adiante.

Sociedade civil e estado

Na linguagem política contemporânea, tornou-se comum estabelecer a contraposição entre sociedade civil e Estado. Nessa contraposição, o Estado costuma ser entendido como a instituição que exerce o poder coercitivo (a força) por intermédio de suas diversas funções, tanto na administração pública como no Judiciário e no Legislativo.

Por sua vez, a sociedade civil costuma ser definida como o largo campo das relações sociais que se desenvolvem fora do poder institucional do Estado. Fazem parte da sociedade civil, por exemplo, os sindicatos, as empresas, as escolas, as igrejas, os clubes, os movimentos populares, as associações culturais.

O relacionamento entre os membros da sociedade civil provoca o surgimento das mais diversas questões – econômicas, ideológicas, culturais etc. –, as quais, muitas vezes, criam conflitos entre pessoas ou grupos. Em face desses conflitos, o Estado é chamado a intervir.

Nas relações entre Estado e sociedade civil, os partidos políticos desempenham uma função importante: podem atuar como ponte entre os dois, pois não pertencem por inteiro nem ao Estado, nem à sociedade civil. Assim, caberia aos partidos políticos captar os desejos e as aspirações da sociedade civil e encaminhá-los ao campo da decisão política do Estado.

Conforme a época e o lugar, o tipo de relacionamento entre Estado e sociedade civil varia bastante. Desse modo, as relações entre governantes e governados podem tender tanto para um esquema fechado – caracterizado pela opressão e autoritarismo do Estado sobre a sociedade – como para um esquema aberto – evidenciado por maior participação política da sociedade nas questões do Estado e pelo respeito que o poder público confere aos direitos individuais e coletivos.

Regimes políticos

Regime político é justamente o modo característico de o Estado relacionar-se com a sociedade civil. Na linguagem política contemporânea, os regimes políticos são classificados em dois tipos fundamentais: democracia e ditadura.

Democracia

Democracia é uma palavra de origem grega que significa poder do povo (demo, “povo”; cracia, “poder”).

Foi a antiga cidade grega de Atenas que legou ao mundo ocidental uma das mais citadas referências de regime democrático. Nela, os cidadãos (pequena parcela da população ateniense) participavam diretamente das assembleias e decidiam os rumos políticos da cidade. Portanto, havia em Atenas uma democracia direta.

Em nossa época, a democracia direta praticamente não existe mais. Ao longo do tempo, os Estados foram ficando muito complexos, com extensos territórios e populações numerosas, tornando-se inviável a proposta de os próprios cidadãos exercerem o poder diretamente. Assim, a democracia deixou de ser o governo direto do povo. o que encontramos, atualmente, é a democracia representativa, na qual os cidadãos elegem seus representantes políticos para o governo do Estado.

O ideal de democracia representativa é que o governo seja dos representantes do povo, os quais deveriam exercer o poder pelo povo e para o povo. Nos dias de hoje, um Estado costuma ser considerado democrático quando apresenta:

- participação política do povo – o povo exerce o direito de participar das decisões políticas, elegendo seus representantes no poder público. geralmente, essa participação é garantida por meio do direito ao voto direto e secreto, em eleições periódicas. Existem ainda outras formas de manifestação política do povo: o plebiscito, o referendo, as reuniões populares (passeatas, associações em praça pública etc.);
- divisão funcional do poder político – o poder político do Estado não fica concentrado em um único aparelho. Ao contrário, apresenta-se dividido em vários órgãos, que se agrupam em torno das seguintes funções típicas: legislativa (elaboração das leis), executiva (execução das leis pela administração pública) e jurisdicional (aplicação das leis e distribuição da justiça). nos regimes democráticos, deve existir independência e harmonia entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário;
- vigência do Estado de direito – o poder político é exercido dentro dos limites traçados pela lei a todos imposta. Assim, a lei subordina tanto o Estado como a sociedade, o que se chama Estado de direito. onde vigora o Estado de direito, o cidadão respeita o Estado, mas o Estado também respeita os direitos do cidadão, como liberdade de pensamento, expressão, associação, imprensa, locomoção etc.

Ditadura

Dizemos que o regime é uma ditadura quando o povo é proibido de participar da vida política do país. Ditadura é uma palavra de origem latina, derivada de dictare, “ditar ordens”.

Na antiga república romana, ditador era o magistrado que detinha temporariamente plenos poderes, eleito para enfrentar situações excepcionais, como os casos de guerra. seu mandato era limitado a seis meses, embora houvesse possibilidade de renovação, dependendo da gravidade das circunstâncias.

Comparado com suas origens históricas, o conceito de ditadura conservou apenas esse caráter de poder excepcional, concentrado nas mãos do governante.

Atualmente, um Estado costuma ser considerado ditatorial quando apresenta as seguintes características:

- eliminação da participação popular nas decisões políticas – o povo não tem nenhuma participação no processo de escolha dos ocupantes do poder político. não existem eleições periódicas (ou, quando existem, costumam ser fraudulentas) e são proibidas as manifestações públicas de caráter político;
- concentração do poder político – o poder político fica centralizado nas mãos de um único governante (ditadura pessoal) ou de um órgão colegiado de governo (ditadura colegiada). geralmente, o ditador é membro do Poder Executivo. os poderes Legislativo e Judiciário são aniquilados ou bastante enfraquecidos;
- inexistência do Estado de direito – o poder ditatorial é exercido sem limitação jurídica, com leis que só valem para a sociedade. o ditador coloca-se acima das leis e, nessa condição, costuma desrespeitar todos os direitos fundamentais do cidadão, principalmente o direito de livre expressão e a liberdade de associação política.

Além das características anteriores, os regimes ditatoriais sustentam-se mediante dois fatores essenciais:

- fortalecimento dos órgãos de repressão – as ditaduras montam um forte mecanismo de repressão policial destinado a perseguir brutalmente todos os cidadãos considerados adversários do regime. Esses órgãos de repressão espalham pânico na sociedade e implantam um verdadeiro terrorismo de Estado, utilizando métodos de tortura e morte;
- controle dos meios de comunicação de massa – as ditaduras procuram controlar todos os meios de comunicação de massa, como programas de rádio e de televisão, espetáculos de teatro, filmes exibidos pelo cinema, jornais e revistas etc. monta-se um departamento autoritário de censura oficial destinado a proibir tudo que for considerado subversivo. Somente são aprovadas as mensagens públicas julgadas favoráveis ao governo ditatorial.

Esses instrumentos de controle e opressão foram utilizados em diversos regimes ditatoriais no século passado. Alguns exemplos são: as ditaduras implantadas por Adolf Hitler (Alemanha nazista), Josef Stálin (união soviética), Fidel castro (cuba), Augusto Pinochet (Chile), Getúlio Vargas (Brasil) e Francisco Franco (Espanha), além de regimes militares como os que vigoraram na Argentina e no Brasil a partir dos anos 1960 e 1970.

Movimentos sociais

Os mecanismos de participação política das sociedades democráticas – centrados basicamente nos partidos políticos e nas eleições diretas periódicas – nem sempre dão conta de equacionar o abismo existente entre a pluralidade de suas populações e as instituições de governo dos Estados. Por isso, há quase sempre parcelas da sociedade civil que se veem de alguma maneira marginalizadas e não conseguem ter representação política – às vezes são mesmo proibidas de tê-la.

É por isso que nascem os movimentos sociais, com o propósito de vencer as distâncias que separam certos grupos de cidadãos das instituições do Estado. Portanto, o que legitima esses movimentos é, de modo geral, a luta por direitos.

Esses grupos que se sentem socialmente excluídos, discriminados ou mal representados politicamente são comumente chamados de minorias sociais. Distintas parcelas da população – como pobres, negros, mulheres, indígenas, Lgbts, pessoas com deficiência, ambientalistas, religiosos, estrangeiros, crianças – podem constituir determinada minoria em função da condição desfavorável que ocupem em uma sociedade.

É bom ter em mente, portanto, que os interesses dos movimentos sociais são tão heterogêneos quanto os interesses, as demandas e as necessidades dos membros das sociedades civis. Suas reivindicações podem envolver desde alterações específicas na legislação até mudanças nos valores e atitudes vigentes de uma sociedade. De modo semelhante, os métodos empregados pelos movimentos sociais são bem diversos, variando desde o recurso extremo ao enfrentamento físico até a ênfase no discurso, na persuasão e no pacifismo. E um mesmo movimento pode mudar de estratégia de ação ao longo de sua história.

Política na História: Principais reflexões filosóficas

Por que e para que existe o poder político? Por que encontramos, em toda a parte, um Estado que comanda e um povo que é comandado? Será que sempre existiu o poder político do Estado? Como esse poder surgiu?

na investigação sobre as origens e os fundamentos das associações políticas, inúmeras respostas foram elaboradas ao longo da história. Vejamos então algumas das questões e formulações mais célebres do pensamento político.

Platão: o rei-filósofo

O filósofo grego **Platão** (428-347 a.c.), em seu livro *A República*, explica que o indivíduo possui **três almas: a concupiscente, a irascível e a racional**.

Conhecimento e bondade

No grego antigo, várias palavras traduziam

distintos aspectos da felicidade. A principal delas

era eudaimonia, derivada dos termos eu (“bem-

-disposto”) e daimon (“poder divino”). Trata-se da

felicidade entendida como um bem ou poder concedido pelos deuses. subentendia-se que, para

mantê-la, a pessoa deveria conduzir sua vida de

tal maneira a não se indispor com as divindades,

para o que era preciso sabedoria. mesmo assim,

ainda corria o risco de perder esse bem ou poder

se os deuses assim o desejassem, por qualquer

motivo arbitrário.

isso significa que a felicidade era tida como uma

espécie de fortuna ou acaso – enfim, um bem instável que dependia tanto da conduta pessoal, como

da boa vontade divina (cf. LAurioLA, De eudaimonia à

felicidade..., Revista Espaço Acadêmico, n. 59).

Platão (427-347 a.C.) – considerado por boa

parte dos estudiosos o primeiro grande filósofo

ocidental, juntamente com seu mestre, sócrates –

foi um dos principais pensadores gregos a se lançar

contra essa instabilidade, em busca de uma felicidade estável, postura que caracterizará de forma

marcante a ética eudemonista grega.

No entendimento de Platão, o mundo material

– aquele que percebemos pelos cinco sentidos – é

enganoso. nele tudo é instável e por meio dele não

pode haver felicidade. Por isso, para esse filósofo, o

caminho da felicidade é o do abandono das ilusões dos sentidos em direção ao mundo das ideias, até alcançar o conhecimento supremo da realidade, correspondente à ideia do bem. o que isso significa e como devemos agir para alcançar essa condição?

Harmonizar as três almas

Para entender a concepção platônica de felicidade, precisamos compreender primeiramente sua doutrina sobre a **alma humana**, contida na obra *A República*. Para Platão, o ser humano é essencialmente alma, que é imortal e existe previamente ao corpo. A união da alma com o corpo é acidental, pois o lugar próprio da alma não é o mundo sensível, e sim o mundo **inteligível**. A alma se dividiria em **três partes**:

- **alma concupiscente** – situada no ventre e ligada aos desejos carnis;
- **alma irascível** – situada no peito e vinculada às paixões;
- **alma racional** – situada na cabeça e relacionada ao conhecimento.

A vida feliz de uma pessoa dependeria da devida subordinação e harmonia entre essas três almas. A alma racional regularia a irascível, e esta controlaria a concupiscente, sempre com a supervisão da parte racional. há, portanto, uma primazia da parte racional sobre as demais.

Para apoiar essa tarefa, Platão propunha duas práticas:

- **ginástica** – conjunto de exercícios e cuidados físicos por meio dos quais a pessoa aprendia a disciplina e o domínio sobre as inclinações negativas do corpo; e
- **dialética** – método de dialogar praticado por Sócrates, pelo qual cada pessoa poderia ascender progressivamente do mundo sensível (que Platão considerava ilusório) ao mundo inteligível (que ele considerava verdadeiro).

Pela educação, o indivíduo deveria alcançar um equilíbrio entre esses três princípios, mas um equilíbrio hierárquico, pois, para o filósofo, a alma racional deve preponderar.

Depois, fazendo uma analogia entre o indivíduo e a cidade (pólis), Platão também a dividiu em **três grupos sociais**:

- **produtores** – responsáveis pela produção econômica, como os artesãos e agricultores, criadores de animais etc. Esse grupo corresponderia à alma concupiscente;
- **guardiães** – responsáveis pela defesa da cidade, como os soldados. Esse grupo corresponderia à alma irascível;
- **governantes** – responsáveis pelo governo da cidade. Esse grupo corresponderia à alma racional.

A **justiça** na cidade dependeria do **equilíbrio** entre esses três grupos sociais, ou seja, cada qual cumprindo sua função, uma vez que se trata de aspectos necessários à vida da cidade. Assim, a cidade é como o corpo do indivíduo que estabelece:

[...] um acordo perfeito entre os três elementos da sua alma, assim como entre os três tons extremos de uma harmonia – o mais agudo, o mais grave, o médio, e os intermédios, se os houver –, e que, ligando-os uns aos outros se transforme, de múltiplo que era, em uno, moderado e harmonioso; [...] e que em todas essas ocasiões considere justa e honesta a ação que salvaguarda e contribui para completar a ordem que implantou em si mesmo [...]. (Platão, *A República*, p. 145.)

E, da mesma forma que a alma racional prepondera no indivíduo, a esfera preponderante na cidade deve ser, para Platão, a dos **governantes**. mas quem deve ser o governante?

o filósofo propõe um modelo educativo que possibilitaria a todos os indivíduos igual acesso à educação, independentemente do grupo social a que pertencesse por nascimento. Em sua formação, as crianças iriam passando por processos de seleção, ao longo dos quais seriam destinadas a um dos três grupos sociais que formam a cidade. Os mais aptos continuariam seus estudos até o ponto mais alto desse processo – a filosofia –, a fim de se tornarem sábios e, assim, habilitados a administrar a cidade.

Dizemos, portanto, que a concepção política de Platão é **aristocrática**, pois supõe que a grande massa de pessoas é incapaz de dirigir a cidade; apenas uma pequena parcela de sábios está apta a exercer o poder político. **Aristocracia** (do grego *aristoi*, “melhores”, e *cracia*, “poder”) é a forma de governo em que o poder é exercido pelos “melhores”, os quais, na proposta de Platão, constituiriam uma **elite** (do latim *eligere*, = “escolhido”) que se distinguiria pelo saber. Trata-se, portanto, de uma “aristocracia do espírito”, isto é, não está baseada no poder econômico.

Isso significa também que Platão **não** propunha a democracia como a forma ideal de governo. A justificativa para essa posição está em sua alegoria da caverna. Para ele, o filósofo é aquele que, saindo do mundo das trevas e da ilusão, busca o conhecimento e a verdade no mundo das ideias. Depois deve voltar para dirigir as pessoas que não alcançaram esse ponto. Ele se constituiria, assim, no que ficou popularizado como **rei-filósofo**, pois aquele que, pela contemplação das ideias, conheceu a **essência do bem e da justiça** deve governar a cidade.

Aristóteles: o animal político

O filósofo grego **Aristóteles** (384-322 a.c.) afirmava que o ser humano é por **natureza** um ser **social**, pois, para sobreviver, não pode ficar completamente isolado de seus semelhantes.

Assim, constituída por um impulso natural do ser humano, a sociedade deve ser organizada conforme essa mesma natureza humana. O que deve guiar, então, a organização de uma sociedade? A busca de determinado bem, correspondente aos anseios dos indivíduos que a organizam.

Para Aristóteles, a organização social adequada à natureza humana é a **pólis**: “a cidade (pólis) encontra-se entre as realidades que existem naturalmente, e o homem é por natureza um animal político” (*Política*, p. 15).

A pólis grega, portanto, é vista pelo filósofo como um fenômeno **natural**. Por isso, o ser humano em seu sentido pleno é um **animal político**, isto é, envolvido na vida da pólis. Assim, Aristóteles toma um fenômeno social característico da Grécia como modelo natural de todo o gênero humano.

Aristóteles também entende que a cidade tem precedência sobre cada um dos indivíduos, pois, isoladamente, o indivíduo não é autossuficiente, e a falta de um indivíduo não destrói a cidade. Assim, afirmou: “o todo deve necessariamente ter precedência sobre as partes” (*Política*, p. 15).

É por isso que, para o filósofo, conforme vimos, a política é uma **continuidade da ética**, ou melhor, a ética é entendida como uma **parte da política**. A ética dirige-se ao bem individual, enquanto a política volta-se para o bem comum, constituindo-se também em meio necessário ao bem-estar pessoal.

As diferenças entre os habitantes da pólis

O historiador francês Gustave Glotz, em *Cidade grega*, explica que Aristóteles distinguia duas espécies de seres humanos: “os que vegetam em tribos amorfas e selvagens ou formam imensos rebanhos em monarquias de proporções monstruosas, e os que se encontram harmoniosamente associados em cidades [pólis]; os primeiros nasceram para ser escravos, de sorte que os últimos pudessem dar-se ao luxo de gozar de um modo mais nobre de vida” (p. 1).

Como se vê, Aristóteles defendia que os seres humanos não são **naturalmente** iguais, pois uns nascem para a escravidão e outros, para o domínio. O pensamento aristotélico refletia, dessa maneira, a realidade social estabelecida na Grécia antiga. Em Atenas – cidade onde ele viveu e uma das mais importantes do mundo grego –, a sociedade estava dividida em três grandes grupos sociais: os **cidadãos** (homens maiores de 21 anos, nascidos de pai e mãe atenienses – os únicos que possuíam direitos

políticos de participar da democracia; as mulheres não faziam parte do grupo dos cidadãos); os **metecos** (estrangeiros que habitavam Atenas e que não tinham direitos políticos); e os **escravos**.

Fonte: COTRIM, Gilberto; FERNANDES, Mirna: Fundamentos de Filosofia. São Paulo: Saraiva. 4. Ed. 2016.

Platão

Alicerces da filosofia ocidental

Nascido em Atenas, Platão (427-347 a.C.) pertencia a uma das mais nobres famílias atenienses. Seu nome verdadeiro era Aristocles, mas, devido a sua constituição física, recebeu o apelido de Platão, termo grego que significa “de ombros largos”.

Foi discípulo de Sócrates, a quem considerava o mais sábio e o mais justo dos homens. Depois da morte de seu mestre, Platão empreendeu inúmeras viagens, período em que ampliou seus horizontes culturais e amadureceu suas reflexões filosóficas. Por volta de 387 a.C. retornou a Atenas, onde fundou sua própria escola filosófica, a Academia, nos jardins construídos por seu amigo Academus.

A maior parte do pensamento platônico nos foi transmitida por intermédio da fala de Sócrates nos diálogos socráticos, escritos pelo próprio Platão. Seu pensamento é tão vasto e sua influência tão importante que deram origem a uma expressão famosa: “toda filosofia ocidental são notas de rodapé a Platão”. Vejamos algumas concepções de suas teorias sobre a realidade, o conhecimento e a política.



O filósofo Platão – Roger Payne (Coleção particular). A Academia foi uma das primeiras instituições permanentes de ensino superior do mundo ocidental. uma espécie de universidade pioneira dedicada à pesquisa científica e filosófica, além de um centro de formação política. As atividades da escola desenvolviam-se tanto em seu ginásio quanto em seus jardins, como vemos na imagem ao lado, que retrata Platão conversando com seus discípulos.

Dualismo platônico

Como grande parte dos pensadores de sua época, Platão também enfrentou o impasse criado pelos pensamentos de Parmênides e Heráclito, ou seja, sobre o problema da permanência e da mudança, da unidade e da multiplicidade.

em sua doutrina, conhecida como teoria das ideias, Platão procurou resolver esse impasse propondo uma ontologia dualista. Assim, para ele existiriam duas realidades diametralmente opostas:

- mundo sensível (kósmos horatós, em grego) – corresponde à matéria e compõe-se das coisas como as percebemos na vida cotidiana (isto é, pelas sensações), as quais surgem e desaparecem continuamente. Assim, as coisas e fatos do mundo sensível são temporárias, mutáveis e corruptíveis (o mundo de heráclito);
- mundo inteligível (kósmos noetós, em grego) – corresponde às ideias, que são sempre as mesmas para o intelecto, de tal maneira que nos permitem experimentar a dimensão do eterno, do imutável, do perfeito (o mundo de Parmênides). todas as ideias derivariam da ideia do bem.

o universo (o mundo sensível) teria surgido por obra de um demiurgo – palavra de origem grega que significa “aquele que faz, constrói”.



Observe que a concepção dualista de Platão – também conhecida como teoria das ideias – opera uma mudança radical em relação aos pensadores anteriores ao situar o ser verdadeiro fora ou separado do mundo sensível. isso não ocorria nos filósofos pré-socráticos, que

buscavam a arché das coisas nas próprias coisas, nem em Sócrates, para quem a essência ou o ser verdadeiro também se encontrava nas coisas .

Isso significa que para esses filósofos o ser verdadeiro é imanente, isto é, encontra-se neste mundo ou se confunde com ele, enquanto para Platão é transcendente, ou seja, encontra-se separado dele.

Demiurgo e o mundo

De acordo com essa doutrina, para construir o universo o demiurgo agiu como um “artesão”: buscou as ideias eternas do mundo inteligível como modelo e, com elas, deu forma à matéria indeterminada, criando assim o mundo sensível.

Isso quer dizer que as ideias e a matéria já existiam antes, compondo, junto com o demiurgo, as três realidades fundamentais da cosmogênese platônica.

Processo de conhecimento

A teoria das ideias também costuma ser estudada em seus aspectos epistemológicos, como teoria do conhecimento. Isso porque nessa doutrina Platão propõe que conhecer a verdade implica um processo de passagem progressiva do mundo .

Apesar de seu dualismo, Platão supôs a existência de uma terceira realidade, a qual teria operado apenas na criação do mundo. Como argumenta o filósofo no diálogo Timeu, tudo o que foi gerado deve ter tido um princípio gerador, uma causa. Portanto, sensível (das sombras e aparências) para o mundo das ideias (das essências ou seres verdadeiros).

A primeira etapa desse processo é dominada pelas impressões ou sensações advindas dos sentidos. Essas impressões sensíveis são responsáveis pela opinião (doxa) que temos da realidade, isto é, o saber que se adquire sem uma busca metódica.

O conhecimento, porém, para ser autêntico, deve ultrapassar a esfera das impressões sensoriais, o plano da opinião, e penetrar na esfera racional da sabedoria, o mundo das ideias. Para atingir esse mundo, o ser humano não pode ter apenas “amor às opiniões” (filodoxia); precisa possuir um “amor ao saber” (filosofia).

O método proposto por Platão para realizar essa passagem e atingir o conhecimento autêntico (epistême) é a dialética. equivalente aos diálogos críticos de Sócrates, a dialética socrático-platônica consiste, basicamente, na contraposição de uma opinião à crítica que podemos fazer dela, ou seja, na afirmação de uma tese qualquer seguida de uma discussão e negação dessa tese, com o objetivo de purificá-la dos erros e equívocos, permitindo uma ascensão até as ideias verdadeiras.

Pela explicação de Platão, nesse processo vamos recordando as verdades eternas e imutáveis que já haviam sido contempladas por nossa alma no mundo das ideias, antes de nossa existência material. isso quer dizer que o conhecimento verdadeiro (epistême), para ele, é uma imagem do passado, uma reminiscência da alma. Portanto, temos uma concepção gnosiológica inatista.

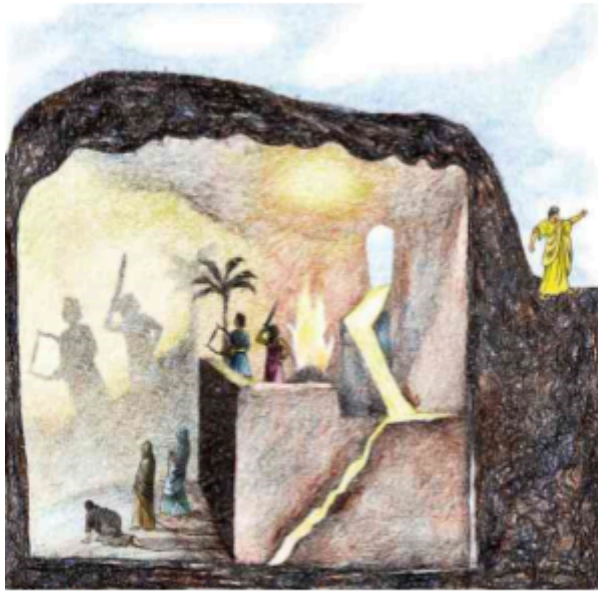
O mito da caverna

Platão criou em seus textos várias alegorias para expor suas doutrinas. A mais conhecida é o mito da caverna, que nos ajuda a entender a evolução do processo de conhecimento.

De acordo com essa alegoria, homens prisioneiros desde pequenos encontram-se em uma caverna escura e estão amarrados de uma maneira que os obriga a permanecer sempre de costas para a abertura da caverna. nunca saíram e nunca viram o que há fora dela. no entanto, devido à luz de um fogo que entra por essa abertura, podem contemplar na parede do fundo da caverna a projeção das sombras dos seres que passam em frente ao fogo lá fora. Acostumados a ver somente essas projeções, que são as sombras do que não podem observar diretamente, assumem que o que veem é a verdadeira realidade.

Se saíssem da caverna e vissem as coisas do mundo iluminado, não as identificariam como verdadeiras ou reais. isso levaria um tempo. estando acostumados às sombras, às ilusões, teriam de habituar os olhos à visão do real: primeiro olhariam as estrelas da noite, depois as imagens das coisas refletidas nas águas tranquilas, até que pudessem encarar diretamente o Sol e enxergar a fonte de toda a luminosidade.

e



reis-filósofos

na juventude, Platão alimentou o ideal de participação política em Atenas. Depois, desiludido com a democracia ateniense, confessou:

Deixei levar-me por ilusões que nada tinham de espantosas por causa de minha juventude. Imaginava que, de fato, governariam a cidade reconduzindo-a dos caminhos da injustiça para os da justiça. (Carta VIII, em Valverde, *História do pensamento*, p. 58.)

prossigue, falando de um novo ideal que adotou ao abraçar a filosofia:

Fui então irresistivelmente levado a louvar a verdadeira filosofia e a proclamar que somente à sua luz se pode reconhecer onde está a justiça na vida pública e na vida privada.

Assim, Platão elaborou uma doutrina política segundo a qual somente os filósofos, eternos amantes da verdade, teriam condições de libertar-se da caverna das ilusões e atingir o mundo luminoso da realidade e da sabedoria.

Por isso, em seu livro *A República*, ele imaginou uma sociedade ideal, governada por reis-filósofos. Seriam pessoas capazes de atingir o mais alto conhecimento do mundo das ideias, que consiste na ideia do bem.

Assim, Platão elaborou uma doutrina política segundo a qual somente os filósofos, eternos amantes da verdade, teriam condições de libertar-se da caverna das ilusões e atingir o mundo luminoso da realidade e da sabedoria.

Por isso, em seu livro *A República*, ele imaginou uma sociedade ideal, governada por reis-filósofos. Seriam pessoas capazes de atingir o mais alto conhecimento do mundo das ideias, que consiste na ideia do bem.

Aristóteles

Bases do pensamento lógico e científico



Nascido em Estagira, na Macedônia, Aristóteles (384-322 a.C.) foi, ao lado de Platão, um dos mais expressivos filósofos gregos da Antiguidade. Há informações de que teria escrito mais de uma centena de obras sobre os mais variados temas, das quais restam apenas 47, embora nem todas de autenticidade comprovada. Desempenhou extraordinário papel na organização do saber grego, acrescentando-lhe uma contribuição que impactou a história do pensamento ocidental.

Filho de Nicômaco, médico do rei da Macedônia, provavelmente herdou do pai o interesse pelas ciências naturais, que se revelaria posteriormente em sua obra. Aos 18 anos foi para Atenas e ingressou na Academia de Platão, onde permaneceu cerca de vinte anos, com uma atuação crescentemente expressiva. Com a morte de Platão, em 347 a.C., a destacada competência de Aristóteles o qualificava para assumir a direção da Academia. Entretanto, seu nome foi preterido por ser considerado estrangeiro pelos atenienses.

Decepcionado com o episódio deixou a Academia e partiu para a Ásia Menor. Pouco tempo depois foi convidado por Felipe II, rei da Macedônia, para ser professor de seu filho Alexandre. O relacionamento entre Aristóteles e Alexandre foi interrompido quando este assumiu a direção do império macedônico, em 340 a.C.

Por volta de 335 a.C., Aristóteles regressou a Atenas, fundando sua própria escola filosófica, que passou a ser conhecida como Liceu, em homenagem ao deus Apolo Lício. Nesse local permaneceu ensinando durante aproximadamente 12 anos. Aristóteles foi um homem de estudo e pesquisa. Seus discípulos do liceu ficaram conhecidos como peripatéticos (os que passeiam) devido ao hábito do filósofo de ensinar ao ar livre, muitas vezes sob as árvores que cercavam a escola.

Em 323 a.C., após a morte de Alexandre, os sentimentos antimacedônicos ganharam grande intensidade em Atenas. Devido a sua notória ligação com a corte macedônica, Aristóteles passou a

ser perseguido. Foi então que decidiu abandonar Atenas, dizendo querer evitar que os atenienses “pecassem duas vezes contra a filosofia” (a primeira vez teria sido com Sócrates).

Apaixonado pela biologia dedicou inúmeros estudos à observação da natureza e à classificação dos seres vivos. Tendo em vista a elaboração de uma visão científica da realidade, desenvolveu a lógica para servir de ferramenta do raciocínio.

Da sensação ao conceito

Segundo Aristóteles, a finalidade básica das ciências seria desvendar a constituição essencial dos seres, procurando defini-la em termos reais.

Ao abordar a realidade, o filósofo reconhecia a multiplicidade dos seres percebidos pelos sentidos como elementos do real. Assim, tudo o que vemos, pegamos, ouvimos e sentimos tinha realidade para Aristóteles.

Por isso ele rejeitava a teoria das ideias de Platão, segundo a qual os dados transmitidos pelos sentidos não passam de distorções, sombras ou ilusões da verdadeira realidade existente no mundo das ideias. Para Aristóteles, a observação da realidade por nossos sentidos leva-nos à constatação da existência real de inúmeros seres individuais, concretos, mutáveis.

Método indutivo

Assim, para Aristóteles, a ciência deveria partir da realidade sensorial – empírica – para buscar nela as estruturas essenciais de cada ser. Em outras palavras, a partir da existência do ser individual, devemos atingir sua essência, seguindo um processo de conhecimento que caminhará do individual e específico para o universal e genérico.

O filósofo entendia, portanto, que o ser individual, concreto, único constitui o objeto da ciência, mas não é o seu propósito. A finalidade da ciência deve ser a compreensão do universal, visando estabelecer definições essenciais que possam ser utilizadas de modo generalizado.

Desse modo, a indução (operação mental que vai do particular ao geral) representa, para Aristóteles, o processo intelectual básico de aquisição de conhecimento. É por meio do método indutivo que o ser humano pode atingir conclusões científicas, conceituais, de âmbito universal.

O conceito escola, por exemplo, é o resulta do da observação sistemática das diferentes instituições às quais se atribui o nome escola. Somente dessa maneira o conceito escola pode ter sentido universal, já que reúne em si os componentes essenciais aplicáveis ao conjunto das múltiplas escolas concretas existentes no mundo.

Hilemorfismo teleológico

Mais interessado na vida natural que seu mestre, Aristóteles formulou uma teoria da realidade que ficou conhecida como **hilemorfismo teleológico**. Para explicá-la, é preciso relacionar conceitos de sua física com os de sua metafísica.

Se observarmos a natureza como fazia esse pensador, veremos que ela tem ciclos constantes e regulares. As plantas e os animais nascem, crescem e morrem. Cada organismo constitui um todo

orgânico, ordenado e coeso. Apesar da diversidade e multiplicidade de entes, parece haver uma ordem interna e externa a cada um deles que conduz à sucessão dos acontecimentos.

Portanto, ficava difícil para Aristóteles conceber que o inteligível estivesse totalmente separado da realidade concreta, perceptível aos nossos sentidos, pertencendo a outro mundo, como dizia Platão. Por que não pensar que o inteligível está aqui mesmo, neste mundo, e que opera dentro das próprias coisas?

Matéria e forma

Foi o que supôs Aristóteles. ele era um grande observador da natureza – considerado por muitos o primeiro biólogo que existiu – e achava que o sensível e o inteligível deviam estar unidos, metidos um no outro. Somente a análise ontológica permitiria identificá-los e separá-los, mas essa separação seria apenas conceitual, pois, na realidade mesma, o sensível e o inteligível andariam sempre juntos. Para o filósofo, “as coisas são o que são em sua própria natureza”, ou seja, o ser verdadeiro deve ser **imanente**.

Seguindo essa linha de raciocínio, Aristóteles concebeu a noção de que todas as coisas estariam constituídas de dois princípios inseparáveis:

matéria (*hylé*, em grego) – o princípio indeterminado dos seres, mas que é determinável pela forma;

forma (*morphé*, em grego) – o princípio determinado em si próprio, mas que é determinante em relação à matéria.

Assim, tudo o que existe é composto de matéria e forma, daí o nome **hilemorfismo** para designar essa doutrina. note, porém, que é a forma que faz as coisas serem o que são, enquanto a matéria constitui apenas o substrato que permanece. nos processos de mudança, é a forma que muda; a matéria mantém-se sempre a mesma. Por exemplo: se um anel de ouro é derretido para converter-se em uma corrente de ouro, muda-se a forma (de anel para corrente), mas mantém-se a matéria (ouro).

Como você pode perceber, apesar de revalorizar o sensível, Aristóteles não desprezava totalmente a concepção de ideias eternas de seu mestre, mas a trazia de volta a este mundo, batizava-a com outro nome (forma) e a complementava com o que supôs faltar para que ela pudesse explicar todas as classes de seres e as mudanças do real.

Potência e ato

Aristóteles também retomou o problema da permanência e da mudança (a clássica polêmica entre heráclito e Parmênides) e realizou uma reviravolta: sem questionar o estatuto da mudança em si, procurou analisar a realidade que muda (o ser imbricado no não ser), entendendo que o movimento existe e que não se encontra fora das coisas.

Desse modo, observou que uma semente não é uma planta, assim como um livro não é uma planta. Mas a semente pode tornar-se uma árvore, enquanto o livro não pode. isso quer dizer que, em todo ser, devemos distinguir:

- o ato – a manifestação atual do ser, aquilo que ele já é (por exemplo: a semente é, em ato, uma semente);
- a potência – as possibilidades do ser (capacidade de ser), aquilo que ainda não é mas que pode vir a ser (por exemplo: a semente é, em potência, a árvore).

Conforme essa concepção, todas as coisas naturais são ato e potência, isto é, são algo e podem vir a ser algo distinto. uma semente pode tornar-se uma árvore se encontrar as condições para isso, do mesmo modo que uma árvore que está sem flores pode se tornar, com o tempo, uma árvore florida,

manifestando em ato aquilo que já continha intrinsecamente como potência. enfim, potência e ato explicam a mudança no mundo, o movimento e a transitoriedade das coisas.

Relacionando essas dualidades de princípios nos seres (matéria e forma; potência e ato), podemos observar um paralelismo entre matéria e potência e entre forma e ato: a matéria indeterminada é o ser em potência; a forma é o ser em ato.

Substância e acidente

Por outro lado, em virtude de certas condições climáticas, uma árvore frutífera pode não vir a dar frutos (o que contraria sua potência de dar frutos), ou então as folhas da árvore podem se apresentar queimadas ou ressecadas, em consequência de um clima seco.

Aristóteles classifica esses casos, ou qualidades do ser, como acidentes, ou seja, algo que ocorre no ser, mas que não faz parte de seu ser essencial. isso significa que, para o filósofo, devemos distinguir em todos os seres existentes o que neles é:

- substancial – atributo estrutural e essencial do ser; aquilo que mais intimamente o ser é e sem o qual ele não é. Assim, todo ser tem sua substância, de modo que devem existir tantas substâncias quantos seres existam (pluralismo ontológico);
- accidental – atributo circunstancial e não essencial do ser; aquilo que ocorre no ser, mas que não é necessário para definir a natureza própria desse ser.

Quatro causas dos seres

observe agora que, quando falamos de uma semente que se transforma em árvore e em um anel que se converte em corrente, estamos nos referindo a duas classes distintas de seres. no primeiro caso, temos um ser natural, no qual a mudança (ou movimento) ocorre por um princípio interno, intrínseco, conforme explicou Aristóteles. no segundo caso, por sua vez, temos um ser artificial, cuja transformação (ou movimento) se dá por um princípio externo, extrínseco.

Em outras palavras, os seres naturais modificam-se, basicamente, de acordo com sua própria natureza, enquanto os seres artificiais dependem em boa medida de elementos externos para que isso ocorra.

Há, portanto, princípios intrínsecos e extrínsecos que levam os seres ao movimento, à passagem da potência ao ato. esses princípios são o que o filósofo denominou causas.

Aristóteles distinguiu quatro tipos de causas fundamentais:

- causa material – refere-se à matéria de que é feita uma coisa. exemplo: o mármore utilizado na confecção de uma estátua;
- causa formal – refere-se à forma, à natureza específica, à configuração de uma coisa, tornando-a “um ser propriamente dito”. exemplo: uma estátua (em forma) de homem e não de cavalo;
- causa eficiente – refere-se ao agente, àquele que produz diretamente a coisa, transformando a matéria tendo em vista uma forma. exemplo: o escultor que fez a estátua (em forma) de homem;

- causa final – refere-se ao objetivo, à intenção, à finalidade ou à razão de ser de uma coisa. exemplo: a intenção de exaltar a figura do soldado grego.

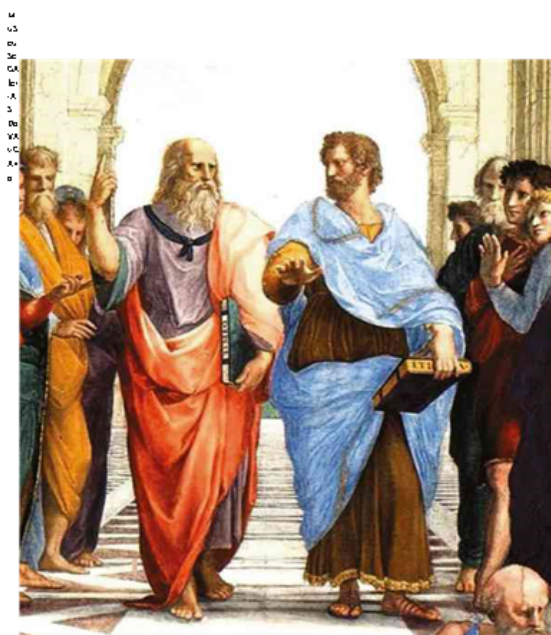
nos seres naturais, a causa eficiente não ocorre, pois eles podem surgir e ser o que são por natureza, isto é, fazem-se por si mesmos, não dependendo de uma causa externa. (Veja no texto complementar As ideias e a realidade histórica, no final deste capítulo, uma análise do aspecto ideológico da teoria aristotélica das quatro causas.) mundo finalista

e a causa final, será que ela se dá também nos seres naturais? Aristóteles entendia que sim. Para ele, as vidas animal e vegetal, em seus processos biológicos de crescimento e de reprodução, estariam expressando justamente a finalidade contida em sua própria natureza. nesse sentido, a causa final sobrepõe-se à causa formal nos seres naturais, identificando-se mutuamente.

Para Aristóteles, a causa final é a mais importante de todas, pois é ela que articula todas as outras causas. isso fica claro no exemplo da estátua de Aquiles, o modelo ideal do soldado grego.

Nos seres artificiais (como a estátua de nosso exemplo), todas essas causas intervêm, sendo as duas últimas extrínsecas a esses seres.

Estátua do soldado ateniense, cuja finalidade (causa final) era a de exaltar o soldado grego. o escultor (causa eficiente) necessita ter um objetivo para trabalhar, pois “todo agente obra por um fim”. Com esse objetivo em mente, o escultor escolherá a pedra mais adequada (causa material) e uma figura heroica de soldado (causa formal) para entalhar.



Detalhe de Escola de Atenas (1510-1512) – rafael. nesta obra, Platão é representado apontando para o alto, talvez querendo indicar o mundo das ideias. Por sua vez, Aristóteles está com a mão a meia altura e espalmada para baixo, parecendo mostrar sua preferência pela moderação no plano ético e pelo estudo da natureza.

Primeiro motor

Aristóteles também refletiu sobre a questão da **origem do mundo**. Para ele, o mundo é **eterno**, isto é, nunca teve um princípio e nunca terá um fim, tendo em vista que as próprias noções de princípio e de fim contrariam sua concepção de **movimento**.

Vejamos por que ele pensava assim. Se o movimento é a passagem da potência ao ato – em que varia a forma, mas se mantém a matéria (como vimos anteriormente) –, isso implica que há sempre um algo antes (do qual se parte) e um algo depois (ao qual se chega), como o anel que se converteu em correntinha ou a semente em árvore. Portanto, é impossível conceber o “começar” do mundo sem entrar em contradição, pois faltaria o ponto de partida do movimento (o algo antes que possibilita o movimento). e é igualmente

inconcebível o “terminar” do mundo, pois nesse caso faltaria o ponto de chegada do movimento. Desse modo, Aristóteles concluiu que o mundo é um **movimento eterno**, sem começo nem fim. o problema dessa conclusão é que ela não explica totalmente o problema do movimento do mundo, pois tudo que se move deve ter sido colocado em movimento por algo (um agente motor), que, por sua vez, foi colocado em movimento por algo mais, e assim por diante. e como essa sequência não pode continuar infinitamente, pois deve se deter em algum ponto ou em algo, que seria a causa primeira do movimento. Assim, ponderou Aristóteles, “tem de haver algo que seja eterno, substância e ato, e que mova sem mover-se” (Metafísica, XII, 7, 1072a). É então que o filósofo formula a doutrina do primeiro motor ou motor imóvel, a causa primeira de todo movimento.

Observe que o primeiro motor só poderia ser imóvel, porque, do contrário, precisaria de algum outro motor que causasse seu mover. Portanto, para ser o primeiro, deve ser necessariamente imóvel, apesar de causador de todo movimento existente no mundo.

Agora você pode estar se perguntando: “Como pode algo imóvel gerar movimento?”. Aristóteles respondeu que é por atração, pois todas as coisas tendem àquilo que é bom, belo ou inteligente, e o primeiro motor – entendido como ato puro e perfeição – é tudo isso, ou seja, o primeiro motor funciona como causa final do mundo.

Vemos, assim, por que a concepção de mundo aristotélica é considerada teleológica, pois há uma primazia da causa final. É, enfim, o para quê, a finalidade, o tólos, aquilo que determina a passagem da potência ao ato, comandando o movimento do real.

Ética do meio-termo

Como vimos no primeiro capítulo desta obra, Aristóteles define o ser humano como ser racional e considera a atividade da razão, o ato de pensar, como a essência humana. Assim, para ser feliz, o ser humano deve viver de acordo com sua essência, isto é, de acordo com sua racionalidade, sua consciência reflexiva. Orientando seus atos, a razão o conduzirá à prática da virtude.

Para Aristóteles, a virtude consiste no meio-termo ou justa medida de equilíbrio entre o excesso e a falta de um atributo qualquer. Exemplos: a virtude da prudência é o meio-termo entre a precipitação e a negligência; a virtude da coragem é o meio-termo entre a covardia e a valentia insana; a perseverança é o meio-termo entre a fraqueza de vontade e a vontade obsessiva.

Por isso a ética aristotélica costuma ser referida como uma ética do meio-termo.

Aspásia de Mileto (470-410 a. C.)

Nascida em Mileto, pertenceu ao círculo da elite de Atenas onde conhece Péricles e com ele tem um filho. Como sofista da época, Aspásia também nada escreveu, e os relatos de sua habilidade como argumentadora e educadora, bem como sua influência política sobre Péricles encontram-se na obra de Platão.

Diotima de Mantineia (século V a C)

Personagem criada por Platão é apresentada como sábia no diálogo o Banquete. Não se sabe ao certo se existiu, mas acredita-se que sim. A ela atribui-se toda a teoria socrático-platônica do amor.

Asioteia de Filos (393 – 270 a C)

Ensinava física na Academia de Platão ao lado de outras mulheres que frequentavam a escola.

Filosofias Helenística e Greco-romana

A busca da felicidade interior

Com a conquista da Grécia pelos macedônios (322 a.C.), teve início o chamado período helenístico. Devido à expansão militar do império macedônico, efetuada por Alexandre Magno, o período helenístico caracterizou-se por um processo de interação entre a cultura grega clássica e a cultura dos povos orientais conquistados.

O mesmo processo se deu no campo filosófico. As escolas platônica (Academia) e aristotélica (Liceu) – dirigidas, respectivamente, pelos discípulos de Platão e Aristóteles – continuaram abertas e em plena atividade, mas os valores gregos começaram a mesclar-se com as mais diversas tradições culturais.

Do Público Ao Privado

No plano político, a antiga liberdade do cidadão grego, exercida no contexto de autonomia de suas cidades, foi desfigurada pelo domínio macedônico, ocorrendo um declínio da participação do cidadão nos destinos da pólis.

Nesse contexto, as preocupações coletivas da pólis cederam lugar às preocupações pessoais, a reflexão política enfraqueceu-se e a vida privada tornou-se o centro das investigações filosóficas.

As principais correntes filosóficas desse período vão tratar da intimidade, da vida pessoal e interior do ser humano. Formulam-se, então, diversos modelos de conduta, “artes de viver”, “filosofias de vida”.

Parece que a principal preocupação dos filósofos era proporcionar às pessoas desorientadas e inseguras com a vida social alguma forma de paz de espírito, de felicidade interior em meio às atribulações da época. Um dos principais filósofos desse período, epicuro, aconselhava que as pessoas se afastassem dos perigos e da intranquilidade da vida política e buscassem a felicidade em sua vida privada. “Viva oculto” era um de seus mandamentos.

Entre as novas tendências desse período, desta-caremos o epicurismo, o estoicismo, o pirronismo e o cinismo.

Epicurismo: o prazer

Como estudamos antes, o epicurismo é uma corrente filosófica fundada por Epicuro (341- -271 a.C.), que defendia que o prazer é o princípio e o fim de uma vida feliz.

no entanto, epicuro distinguia dois grandes grupos de prazeres. o primeiro reúne os prazeres mais duradouros, que encantam o espírito, como a boa conversação, a contemplação das artes, a audição da música etc. o segundo inclui os prazeres mais imediatos, muitos dos quais são movidos pela explosão das paixões e que, ao final, podem resultar em dor e sofrimento.

De acordo com o filósofo, para que possamos desfrutar os grandes prazeres do intelecto, precisamos aprender a dominar os prazeres exagerados da paixão, como os medos, os apegos, a cobiça, a inveja. Por isso, os epicuristas buscavam a **ataraxia**, isto é, o estado de ausência da dor, quietude, serenidade e imperturbabilidade da alma.

Estoicismo: o dever

O estoicismo, fundado a partir das ideias de Zenão de Cício (336-263 a.C.), foi a corrente filosófica de maior influência no período helenístico.

Como estudamos anteriormente, os representantes dessa escola eram conhecidos como estoicos e defendiam a noção de que toda realidade existente é uma realidade racional. Isso significa que todos os seres, os indivíduos e a natureza fazem parte dessa realidade racional.

Segundo esses pensadores, o que chamamos de Deus nada mais é do que a fonte dos princípios racionais que regem a realidade. Integrado à natureza, não existe para o ser humano nenhum outro lugar para ir ou fugir, além do próprio mundo em que vivemos. Somos deste mundo e, ao morrer, nos dissolvemos neste mundo.

Portanto, não dispomos de poderes para alterar substancialmente a ordem universal do mundo, mas por meio da filosofia podemos compreendê-la e viver segundo ela. Assim, em vez do prazer dos epicuristas, Zenão propõe o dever, vinculado à compreensão da ordem cósmica, como o melhor caminho para a felicidade. É feliz aquele que vive segundo sua própria natureza, a qual, por sua vez, integra a natureza do universo.

Os estoicos também defendiam uma atitude de austeridade física e moral, baseada em virtudes como a resistência ante o sofrimento, a coragem ante o perigo, a indiferença ante as riquezas materiais. O ideal perseguido era um estado de plena serenidade (ataraxia) para lidar com os sobressaltos da existência, fundado na aceitação e na compreensão dos “princípios universais” que regem toda a vida.

Pirronismo: a suspensão do juízo

Fundado a partir das ideias de Pirro de Élide (365-275 a.C.), o pirronismo foi uma corrente filosófica que defendia a ideia de que tudo é incerto, nenhum conhecimento é seguro, qualquer argumento pode ser contestado.

Por isso seus seguidores propunham que as pessoas adotassem a suspensão do juízo (epokhé, em grego), isto é, a abstenção de fazer qualquer julgamento, já que a busca de uma verdade plena é inútil. Desse modo, aceitando que das coisas se podem conhecer apenas as aparências e desfrutando o imediato captado pelos sentidos, as pessoas viveriam felizes e em paz.

O pirronismo constitui, portanto, uma forma de ceticismo, pois professa a impossibilidade do conhecimento, da obtenção da verdade absoluta.

Cinismo

A palavra cinismo vem do grego kynos, que significa “cão”; cínico, do grego kynikos, significa “como um cão”. Assim, o termo cinismo designa a corrente dos filósofos que se propuseram viver como os cães da cidade, sem qualquer propriedade ou conforto.

Levavam ao extremo a tese socrática de que o ser humano deve procurar conhecer a si mesmo e desprezar todos os bens materiais. Por isso, Diógenes de Sínope (c. 413-327 a.C.) – o pensador mais destacado dessa escola – é conhecido como o “Sócrates demente”, ou o “Sócrates louco”, pois questionava os valores e as convenções sociais de forma radical e procurava levar uma vida estritamente conforme os princípios que considerava moralmente corretos.

Pensamento greco-romano

O último período da filosofia antiga, conhecido como greco-romano, corresponde, em termos históricos, à fase de expansão militar de Roma (desde as Guerras Púnicas, iniciadas em 264 a.C., até a decadência do império romano, em fins do século V da era cristã).

Trata-se de um período longo em anos, mas pouco notável no que diz respeito à originalidade das ideias filosóficas.

A atividade reflexiva esteve mais voltada à tarefa de assimilar e desenvolver as contribuições culturais herdadas da Grécia clássica, principalmente, do que à de criar novos caminhos para a filosofia.

Entre os principais pensadores desse período, destacaram-se: Cícero (106-43 a.C.), grande orador e defensor da república em Roma, responsável pela retransmissão de grande parte da terminologia filosófica grega para o latim; Sêneca (c. 4 a.C.-65), máximo representante do estoicismo romano; Plutarco (c.46-122), biógrafo, historiador e moralista; e Plotino (c. 205-270), maior expoente do neoplatonismo.

A progressiva penetração do cristianismo no império romano em declínio é uma das características fundamentais desse período. A difusão e a consolidação do cristianismo, pela igreja Católica, atuaram na dissolução da força da filosofia grega clássica, que passou a ser qualificada de pagã (própria dos povos não cristãos).

Hipárquia de Maroneia

Aristocrata, é elogiada por Diógenes Laertios pela cultura e raciocínio, comparando-a com Platão. Escreveu: "Cartas e Tragédias".

Maria, a judia, ou Miriam (séc. I d C)

Viveu em Alexandria, seguidora do culto de Isis é considerada como a fundadora da alquimia. Entre os escritos está o livro de *Magia Prática*. Atribui-se a ela a descoberta do ácido clorídrico e é em homenagem às suas descobertas com o ponto de ebulição da água o nome de banho-maria.

Catarina de Alexandria (séc. IV d C)

Catarina de Alexandria, também conhecida como "A Grande Mártir Santa Catarina" foi uma cristã, nascida pagã no ano de 300 d.C. na cidade egípcia de Alexandria, filha do rei local, Costes. Estudou filosofia, teologia e outras ciências. Além de muito inteligente e culta, era dotada de singular beleza.

Catarina viveu no tempo da cruel perseguição de Diocleciano aos cristãos. No Egito, a perseguição alcançou tal nível de crueldade que até os pagãos se compadeciam dos cristãos e procuravam ajudá-los.

Santa Catarina foi instruída na fé cristã por um ermitão de nome Ananias, que a batizou. Ela começou a sofrer na própria pele a perseguição quando Maximino Daia, encantado por sua beleza, apaixonou-se por ela a ponto de divorciar-se apenas para se casar com ela. Mas, Catarina o rejeitou. Inconformado, o imperador romano convocou 50 filósofos com a missão de convencerem Catarina de que jamais poderia considerar Deus um homem que havia morrido crucificado.

Entretanto, Catarina, que tinha apenas 17 anos, fazendo uso de sua inteligência, de seus conhecimentos filosóficos e sobretudo amparada na sua fé, reverteu a situação e terminou por convencer e converter ao cristianismo os 50 filósofos.

Irritado, sentindo-se derrotado, Maximino mandou trucidar os 50 sábios e, sem conseguir submeter Catarina a seus caprichos, condenou-a a morrer triturada, sob um carro com rodas com pontas de ferro.

Conta a lenda que, ao contato com o corpo de Catarina, as pontas de ferro dos carros se dobraram como se fossem vime. Ela foi então levada para fora da cidade para ser degolada.

Segundo ainda outra lenda, quando lhe cortaram a cabeça, em vez de sangue, jorrou leite. Por causa desses fatos, ela passou a ser invocada por todos os que trabalham com rodas, como carpinteiros, torneiros, amoladores, curtidores e também pelas mães que desejam ter leite para amamentar seus filhos. É também invocada pelos filósofos e estudantes. Sua festa foi incluída no calendário, no século XIV pelo Papa João XXII.

É a Padroeira dos Filósofos para os Católicos

Hipátia de Alexandria (415 d C)

Hipátia de Alexandria foi estudiosa nas áreas da filosofia, matemática, medicina e na astronomia. Foi a primeira mulher a ter uma biblioteca em seu nome **biblioteca de Alexandria**. Manteve viva a chama do pensamento helênico de raiz ateniense numa Alexandria dilacerada pelas lutas religiosas. Foi brutalmente assassinada por uma multidão de religiosos fanáticos.

Lista de filósofos da Grécia Antiga

Esta lista de filósofos da Grécia Antiga contém filósofos que estudaram na Grécia Antiga ou falavam grego. A filosofia da Grécia Antiga começou em Mileto com o filósofo pré-socrático Tales e durou até a Antiguidade Tardia. Alguns dos filósofos mais famosos e influentes de todos os tempos eram do mundo grego antigo, incluindo Sócrates, Platão e Aristóteles.

Nome	Período	Escola	Notas
<u>Acion</u>	século V—IV a.C.	<u>Pitagórica</u>	visitado por <u>Platão</u>
<u>Adrasto de Afrodísias</u>	século II d.C.	<u>Peripatética</u>	escreveu comentários sobre as <u>obras de Aristóteles</u> e um comentário sobre o <u>Timeu de Platão</u>
<u>Aécio de Antioquia</u>	século IV d.C.	<u>Peripatética</u>	Antioquia se converteu ao cristianismo, que estudou em Alexandria
<u>Agápio</u>	século V—VI d.C.	<u>Neoplatônica</u>	estudou com <u>Marino de Neápolis</u> , conhecido por seu aprendizado
<u>Agatóbulo</u>	século I—II d.C.	<u>Cinismo</u>	conhecido por seu <u>ascetismo</u> severo e professor de <u>Demônax</u>
<u>Agatóstenes</u>			
<u>Agripa, o Cético</u>	século I—II d.C.	<u>Pirronismo</u>	considerado o criador dos "cinco motivos de dúvida"
<u>Albino</u>	século II d.C.	<u>Médio platonismo</u>	
<u>Alcibíades</u>	450-404 a.C.	<u>Socrática</u>	General e político ateniense
<u>Alcino</u>	século II d.C.?	<u>Médio platonismo</u>	
<u>Alcmeão de Crotona</u>	século V a.C.	<u>Pitagórica</u>	interessado em medicina
<u>Alexameno de Teos</u>	século V a.C.?	<u>Socrática</u>	possivelmente o primeiro a escrever diálogos filosóficos
<u>Alexandre de Afrodísias</u>	século II—III d.C.	<u>Peripatética</u>	comentarista influente do <u>Corpus aristotelicum</u>
<u>Alexandre de Ege</u>	século I d.C.	<u>Peripatética</u>	foi <u>tutor</u> do imperador <u>Nero</u>
<u>Alexícrates</u>	século I—II d.C.	<u>Pitagórica</u>	

Nome	Período	Escola	Notas
<u>Alexino</u>	século IV—III a.C.	<u>Megárica</u>	fundou sua própria escola, que não foi bem sucedida
<u>Amélio</u>	século III d.C.	<u>Neoplatônica</u>	aluno de <u>Plotino</u> , que fez diversos escritos
<u>Amônio de Atenas</u>	século I d.C.	<u>Médio platonismo</u>	professor de <u>Plutarco</u>
<u>Amônio de Hérmiás</u>	século V—VI d.C.	<u>Neoplatônica</u>	
<u>Amônio Sacas</u>	século II—III d.C.	<u>Neoplatônica</u>	professor de <u>Plotino</u>
<u>Anaxágoras</u>	século V a.C.	<u>Pluralista</u>	
<u>Anaxarco</u>	século IV a.C.	<u>Atomística</u>	
<u>Anaxilau</u>	século I a.C. — século I d.C.	<u>Pitagórica</u>	
<u>Anaximandro</u>	século VII—VI a.C.	<u>Milésia</u>	
<u>Anaxímenes de Mileto</u>	século VI a.C.	<u>Milésia</u>	
<u>Andrócides</u>	século II a.C.?	<u>Pitagórica</u>	
<u>Andrônico de Rodes</u>	século I a.C.	<u>Peripatética</u>	
<u>Anicerés</u>	século IV—III a.C.	<u>Cirenaica</u>	
<u>Antíoco de Ascalão</u>	século II—I a.C.	<u>Médio platonismo</u>	
<u>Antípatro de Cirene</u>	século IV a.C.	<u>Cirenaica</u>	
<u>Antípatro de Tarso</u>	século II a.C.	<u>Estoica</u>	
<u>Antípatro de Tiro</u>	século I a.C.	<u>Estoica</u>	
<u>Antístenes</u>	século V—IV a.C.	<u>Cinismo</u>	

Nome	Período	Escola	Notas
<u>Antonino</u>	século IV d.C.	<u>Neoplatônica</u>	
<u>Apolodoro de Atenas</u>	século II a.C.	<u>Estoica</u>	
<u>Apolodoro de Selêucia</u>	século II a.C.	<u>Estoica</u>	
<u>Apolodoro, o Epicurista</u>	século II a.C.	<u>Epicurista</u>	
<u>Apolônio Crono</u>	século IV a.C.	<u>Megárica</u>	
<u>Apolônio de Tiana</u>	século I d.C.	<u>Neopitagórica</u>	
<u>Apolônio de Tiro</u>	século I a.C.	<u>Estoica</u>	
<u>Arcesilau</u>	século IV—III a.C.	<u>Cética acadêmica</u>	
<u>Areta de Cirene</u>	século IV a.C.	<u>Cirenaica</u>	
<u>Arignote</u>	século VI—V a.C.	<u>Pitagórica</u>	
<u>Ário Dídimos</u>	século I a.C.	<u>Estoica</u>	
<u>Aríston de Alexandria</u>	século II—I a.C.	<u>Peripatética</u>	
<u>Aríston de Ceos</u>	século III—II a.C.	<u>Peripatética</u>	
<u>Aríston de Quios</u>	século IV—III a.C.	<u>Estoica</u>	
<u>Aristarco de Samos</u>	século IV—III a.C.	<u>Cética acadêmica</u>	apresentou o primeiro modelo conhecido que colocava o Sol no centro do universo conhecido com a Terra girando em torno dele.
<u>Aristipo</u>	século V—IV a.C.	<u>Cirenaica</u>	
<u>Aristipo, o Jovem</u>	século IV a.C.	<u>Cirenaica</u>	
<u>Temistocleia</u>	fl. século VI a.C.		

Nome	Período	Escola	Notas
<u>Aristocles de Messene</u>	século I d.C.?	<u>Peripatética</u>	
<u>Aristocreon</u>	século III—II a.C.	<u>Estoica</u>	
<u>Aristóteles</u>	século IV a.C.	<u>Peripatética</u>	fundador da escola peripatética; aluno de Platão
<u>Aristóteles de Cirene</u>	século IV—III a.C.	<u>Cirenaica</u>	
<u>Aristóteles de Mitilene</u>	século II d.C.	<u>Peripatética</u>	
<u>Aristóxenes</u>	século IV a.C.	<u>Peripatética</u>	
<u>Arquedemo de Tarso</u>	século II a.C.	<u>Estoica</u>	
<u>Arquelau</u>	século V a.C.	<u>Pluralista</u>	
<u>Arquitas</u>	século V—IV a.C.	<u>Pitagórica</u>	
<u>Asclepíades de Flio</u>	século IV—III a.C.	<u>Eretriática</u>	
<u>Asclepíades, o Cínico</u>	século IV d.C.	<u>Cirenaica</u>	
<u>Asclepigênia</u>	século V—VI d.C.	<u>Neoplatônica</u>	
<u>Asclepiodoto</u>	século I a.C.		
<u>Asclepiodoto de Alexandria</u>	século V d.C.	<u>Neoplatônica</u>	
<u>Aspásio</u>	século II d.C.	<u>Peripatética</u>	
<u>Ateneu de Selêucia</u>	século I a.C.	<u>Peripatética</u>	
<u>Atenodoro Cananites</u>	século I a.C.	<u>Estoica</u>	
<u>Atenodoro Cordílion</u>	século II—I a.C.	<u>Estoica</u>	

Nome	Período	Escola	Notas
<u>Atenodoro de Soles</u>	século III a.C.	<u>Estoica</u>	
<u>Átalo</u>	século I a.C. / século I d.C.	<u>Estoica</u>	
<u>Ático</u>	século II d.C.	<u>Médio platonismo</u>	
<u>Basilides (estoico)</u>	século II a.C.	<u>Estoica</u>	negou a existência de entidades incorpóreas
<u>Basilides, o Epicurista</u>	século III—II a.C.	<u>Epicurista</u>	sucedeu Dionísio de Lamptrai como chefe da escola epicurista em Atenas
<u>Bátis de Lâmpsaco</u>	século III a.C.	<u>Epicurista</u>	
<u>Bion de Boristene</u>	século IV—III a.C.	<u>Cinismo</u>	escravo que foi posteriormente libertado
<u>Boeto de Sídon</u>	século I a.C.	<u>Peripatética</u>	
<u>Boeto de Sídon (estoico)</u>	século II a.C.	<u>Estoica</u>	
<u>Bolo de Mendes</u>	fl. século III a.C.	<u>Pitagórica</u>	
<u>Brison de Acaia</u>	fl. 330 a.C.	<u>Megárica</u>	
<u>Brontino</u>	fl. século VI a.C.	<u>Pitagórica</u>	
<u>Cálicles</u>	século V a.C.	<u>Sofística?</u>	
<u>Califonte</u>	século II a.C.	<u>Peripatética</u>	
<u>Califonte de Crotone</u>	século VI a.C.	<u>Pitagórica</u>	
<u>Calistrato</u>	fl. século III d.C.	<u>Sofística</u>	
<u>Camaleão</u>	350-275 a.C.	<u>Peripatética</u>	
<u>Carnéades</u>	c. 214 a.C. – 129/8 a.C.	<u>Cética acadêmica</u>	

Nome	Período	Escola	Notas
<u>Carneisco</u>	c. 300 a.C.	<u>Epicurista</u>	
<u>Cássio Longino</u>	c. 213–273	<u>Médio platonismo</u>	
<u>Cebes</u>	c. 430–350 a.C.	<u>Pitagórica</u>	
<u>Celso</u>	século II		
<u>Cercidas</u>	século III a.C.	<u>Cinismo</u>	
<u>Cércope</u>		<u>Pitagórica</u>	
<u>Charmadas</u>	164 a.C. - c. 95 a.C.	<u>Cética acadêmica</u>	
<u>Cleantes</u>	330-230 a.C.	<u>Estoica</u>	
<u>Clearco de Soles</u>	4th-século III a.C. (fl. 320 a.C.)	<u>Peripatética</u>	
<u>Cleômedes</u>		<u>Estoica</u>	
<u>Cleômenes</u>		<u>Cinismo</u>	
<u>Clínias de Tarento</u>	século IV a.C.	<u>Pitagórica</u>	
<u>Clinômaco</u>	século IV a.C.	<u>Megárica</u>	
<u>Clitômaco</u>	187 a.C. - 109 a.C.	<u>Cética acadêmica</u>	
<u>Colotes</u>	320-268 a.C.	<u>Epicurista</u>	
<u>Crantor</u>	nascido em c. 350 a.C.	<u>Acadêmica</u>	
<u>Crates de Atenas</u>	morto entre 268-265 a.C.	<u>Acadêmica</u>	
<u>Crates de Malo</u>	fl. século II a.C.	<u>Estoica</u>	
<u>Crates de Tebas</u>		<u>Cinismo</u>	
<u>Crátilo</u>		<u>Efésica</u>	

Nome	Período	Escola	Notas
<u>Crátipo de Pérgamo</u>		<u>Peripatética</u>	
<u>Crescêncio, o Cínico</u>		<u>Cinismo</u>	
<u>Crinis</u>		<u>Estoica</u>	
<u>Crisipo</u>	279-206 a.C.	<u>Estoica</u>	
<u>Crisânncio</u>	fl. século IV	<u>Neoplatônica</u>	
<u>Critolau</u>		<u>Peripatética</u>	
<u>Crônio</u>	fl. século II d.C.	<u>Neopitagórica</u>	
<u>Damáscio</u>	nascido em c. 458, morto após 538	<u>Neoplatônica</u>	
<u>Damis</u>	século I—II d.C.	<u>Neopitagórica</u>	
<u>Damo</u>	século V a.C.	<u>Pitagórica</u>	supostamente a filha de Pitágoras e Teano
<u>Dárdano de Atenas</u>	160-85 a.C.	<u>Estoica</u>	um dos vários líderes de Estoa após a morte de Panécio
<u>Demétrio da Lacônia</u>	fl. final do século II a.C.	<u>Epicurista</u>	
<u>Demétrio de Anfipolis</u>	fl. século IV a.C.	<u>Acadêmica</u>	
<u>Demétrio Falereu</u>		<u>Peripatética</u>	
<u>Demétrio, o Cínico</u>		<u>Cinismo</u>	
<u>Demócrites</u>		<u>Pitagórica?</u>	
<u>Demócrito</u>		<u>Pré-socrática, Atomística</u>	
<u>Demônax</u>		<u>Cinismo</u>	
<u>Déxipo</u>	fl. 350	<u>Neoplatônica</u>	

Nome	Período	Escola	Notas
<u>Diágoras de Melos</u>		<u>Sofística</u>	
<u>Dião Crisóstomo</u>		<u>Sofística</u>	
<u>Dicearco</u>		<u>Peripatética</u>	
<u>Dio de Alexandria</u>	fl. século I a.C.	<u>Cética acadêmica</u>	
<u>Diocles de Cnido</u>	fl. século III ou II a.C.?	<u>Acadêmica</u>	
<u>Diodoro Crono</u>		<u>Megárica</u>	
<u>Diodoro de Adramício</u>	fl. século I a.C.	<u>Cética acadêmica</u>	
<u>Diodoro de Aspendo</u>		<u>Pitagórica</u>	
<u>Diodoro de Tiro</u>		<u>Peripatética</u>	
<u>Diódoto</u>		<u>Estoica</u>	
<u>Diógenes de Apolônia</u>		<u>Pré-socrática</u>	
<u>Diógenes da Babilônia</u>		<u>Estoica</u>	
<u>Diógenes de Enoanda</u>		<u>Epicurista</u>	
<u>Diógenes de Selêucia</u>		<u>Epicurista</u>	
<u>Diógenes de Sinope</u>		<u>Cinismo</u>	
<u>Diógenes de Tarso</u>		<u>Epicurista</u>	
<u>Dionísio da Calcedônia</u>		<u>Megárica</u>	
<u>Dionísio de Cirene</u>		<u>Estoica</u>	

Nome	Período	Escola	Notas
<u>Dionísio de Lamprás</u>		<u>Epicurista</u>	
<u>Dionísio, o Renegado</u>		<u>Estoica</u>	
<u>Diotima de Mantinea</u>			
<u>Diótimo</u>		<u>Estoica</u>	
<u>Dominino de Lárissa</u>	c. 420 - c. 480	<u>Neoplatônica</u>	
<u>Ecfanto</u>		<u>Pitagórica</u>	
<u>Edésia</u>	século V	<u>Neoplatônica</u>	esposa de <u>Hérmias</u> , e mãe de <u>Amônio</u> e <u>Heliodoro</u>
<u>Edésio</u>	século III—IV	<u>Neoplatônica</u>	estudou com <u>Jâmblico</u> antes de fundar sua própria escola em <u>Pérgamo</u>
<u>Empédocles</u>		<u>Pré-socrática, Pluralista</u>	
<u>Enéas de Gaza</u>	século V—VI	<u>Neoplatônica</u>	um cristão convertido que estudou com <u>Hiérocles</u>
<u>Enesidemo</u>	século I a.C.?	<u>Pirronismo</u>	escreveu um livro chamado <i>Discursos Pirrônicos</i> , que se tornou um texto central para os céticos
<u>Enomau de Gadara</u>		<u>Cinismo</u>	
<u>Epicarmo de Cós</u>		<u>Pitagórica</u>	
<u>Epicuro</u>		<u>Epicurista</u>	disse que o propósito da filosofia era alcançar a tranquilidade caracterizada pela <i>ataraxia</i>
<u>Epiteto</u>		<u>Estoica</u>	escreveu <i>O Enquirídio</i> , um manual de conselhos éticos estoicos
<u>Equécrates</u>		<u>Pitagórica</u>	
<u>Esara</u>	século V—IV a.C.	<u>Pitagórica</u>	

Nome	Período	Escola	Notas
<u>Esfero</u>		<u>Estoica</u>	
<u>Espeusipo</u>	c. 407 a.C. – 339 a.C.	<u>Acadêmica</u>	
<u>Ésquines de Esfeto</u>	século V—IV a.C.	<u>Socrática</u>	parte do círculo de Sócrates e provavelmente esteve presente em sua morte
<u>Ésquines de Neápolis</u>	século II—I a.C.	<u>Cética acadêmica</u>	
<u>Estilpo</u>		<u>Megárica</u>	
<u>Estratão de Lâmpsaco</u>		<u>Peripatética</u>	
<u>Ebulides</u>		<u>Megárica</u>	
<u>Euclides de Mégara</u>		<u>Megárica</u>	
<u>Eudemo de Rodes</u>		<u>Peripatética</u>	
<u>Eudoro de Alexandria</u>		<u>Peripatética</u>	
<u>Eudoxo de Cnido</u>	410/408 a.C. – 355/347 a.C.	<u>Acadêmica</u>	
<u>Eueno</u>		<u>Sofística</u>	
<u>Eufanto</u>		<u>Megárica</u>	
<u>Eufrates</u>		<u>Estoica</u>	
<u>Eufreu</u>			
<u>Eurito</u>		<u>Pitagórica</u>	
<u>Eusébio de Mindo</u>	fl. século IV	<u>Neoplatônica</u>	
<u>Eustácio da Capadócia</u>	c. 400	<u>Neoplatônica</u>	

Nome	Período	Escola	Notas
<u>Evandro</u>	fl. c. 215 - c. 205	<u>Cética acadêmica</u>	
<u>Fânias de Ereso</u>		<u>Peripatética</u>	
<u>Fantão de Fliunte</u>		<u>Pitagórica</u>	
<u>Favorino</u>		<u>Cética acadêmica</u>	
<u>Fédon de Élis</u>		<u>Escola de Erétria</u>	Fundou originalmente a Escola de Elis; posteriormente, foi transferido para Erétria por seu aluno Menedemo.
<u>Fedro</u>		<u>Epicurista</u>	
<u>Filão de Lárisa</u>	159/158 a.C. – 84/83 a.C.	<u>Cética acadêmica</u>	
<u>Filão, o Dialético</u>		<u>Megárica</u>	
<u>Filipe de Opunte</u>	fl. século IV a.C.	<u>Acadêmica</u>	
<u>Filisco de Égina</u>		<u>Cinismo</u>	
<u>Filisco de Tessalia</u>		<u>Sofística</u>	
<u>Filodemo</u>		<u>Epicurista</u>	
<u>Filolau</u>		<u>Pitagórica</u>	
<u>Fílon</u>	20 a.C. - 50 d.C.	<u>Médio platonismo</u>	
<u>Filônides de Laodiceia</u>		<u>Epicurista</u>	
<u>Filóstrato</u>		<u>Sofística</u>	
<u>Fíntis</u>		<u>Pitagórica</u>	
<u>Gaio, o Platônico</u>	fl. século II	<u>Médio platonismo</u>	
<u>Gêmino</u>		<u>Estoica</u>	
<u>Górgias</u>		<u>Sofística</u>	

Nome	Período	Escola	Notas
<u>Hagnão de Tarso</u>	fl. século II a.C.	<u>Cética acadêmica</u>	
<u>Hecateu de Abdera</u>		<u>Pirronismo</u>	
<u>Hecato de Rodes</u>		<u>Estoica</u>	
<u>Hegesias de Cirene</u>		<u>Cirenaica</u>	
<u>Hegesino de Pergamon</u>	fl. c. 160 a.C.	<u>Cética acadêmica</u>	
<u>Hegias</u>	fl. c. 500	<u>Neoplatônica</u>	
<u>Heliodoro de Alexandria</u>	fl. século V	<u>Neoplatônica</u>	
<u>Heráclides Lembo</u>			
<u>Heráclides Pôntico</u>	387—312 a.C.	<u>Acadêmica</u>	
<u>Heráclio</u>		<u>Cinismo</u>	
<u>Heráclito</u>		<u>Pre-socrática, Efésica</u>	afirmou que "Não se pode pisar no mesmo rio duas vezes" e que "Tudo é fogo".
<u>Hérilo de Cartago</u>		<u>Estoica</u>	
<u>Hermágoras de Anfipólis</u>		<u>Estoica</u>	
<u>Hérmarco</u>		<u>Epicurista</u>	
<u>Hérmias</u>	nascido em c. 410 — morto em c. 450	<u>Neoplatônica</u>	
<u>Hermino</u>		<u>Peripatética</u>	
<u>Hermipo de Esmirna</u>		<u>Peripatética</u>	
<u>Hermótimo de Clazômenas</u>			

Nome	Período	Escola	Notas
<u>Hicetas</u>		<u>Pitagórica</u>	
<u>Hiério</u>	fl. c. 500	<u>Neoplatônica</u>	
<u>Hiérocles de Alexandria</u>	fl. c. 430	<u>Neoplatônica</u>	
<u>Hiérocles (estoico)</u>		<u>Estoica</u>	
<u>Hierônimo de Rodes</u>		<u>Peripatética</u>	
<u>Himério</u>		<u>Sofística</u>	
<u>Hipárquia de Maroneia</u>		<u>Cinismo</u>	
<u>Hipaso</u>		<u>Pitagórica</u>	
<u>Hipátia de Alexandria</u>	nascido entre 350-370 – 415	<u>Neoplatônica</u>	
<u>Hípias</u>		<u>Sofística</u>	
<u>Hípon</u>		<u>Pré-socrática</u>	
<u>Hórus</u>		<u>Cinismo</u>	
<u>lâmblico</u>	c. 245-c. 325	<u>Neoplatônica</u>	
<u>Íctias</u>		<u>Megárica</u>	
<u>Idomeneu de Lâmpsaco</u>		<u>Epicurista</u>	
<u>Íon de Quio</u>		<u>Pitagórica</u>	
<u>Isidoro de Alexandria</u>	fl. c. 475	<u>Neoplatônica</u>	
<u>Jasão de Nisa</u>		<u>Estoica</u>	
<u>Lácides de Cirene</u>	antes de 241 — c. 205 a.C.	<u>Cética acadêmica</u>	
<u>Leonteu de Lâmpsaco</u>		<u>Epicurista</u>	

Nome	Período	Escola	Notas
<u>Leontina</u>		<u>Epicurista</u>	
<u>Leucipo</u>		<u>Pre-socrática, Atomística</u>	
<u>Lico de Iaso</u>		<u>Pitagórica</u>	
<u>Lico de Trôade</u>		<u>Peripatética</u>	
<u>Licofrão</u>		<u>Sofística</u>	
<u>Lísis de Tarento</u>		<u>Pitagórica</u>	
<u>Marino de Neápolis</u>	nascido em c. 450	<u>Neoplatônica</u>	
<u>Máximo de Éfeso</u>	morto em 372	<u>Neoplatônica</u>	
<u>Máximo de Tiro</u>	fl. século II	<u>Médio platonismo</u>	
<u>Meleagro de Gadara</u>		<u>Cinismo</u>	
<u>Melisso de Samos</u>		<u>Pré-socrática, Eleática</u>	
<u>Menêdemo</u>		<u>Erétria</u>	
<u>Menêdemo de Pirra</u>	fl. c. 350 a.C.	<u>Acadêmica</u>	
<u>Menedemo, o Cínico</u>		<u>Cinismo</u>	
<u>Menipo</u>		<u>Cinismo</u>	
<u>Metrocles</u>		<u>Cinismo</u>	
<u>Metrodoro de Atenas</u>			
<u>Metrodoro de Cós</u>		<u>Pitagórica</u>	
<u>Metrodoro de Estratoniceia</u>	fl. século II a.C.	<u>Cética acadêmica</u>	

Nome	Período	Escola	Notas
<u>Metrodoro de Lâmpsaco (o jovem)</u>		<u>Epicurista</u>	
<u>Metrodoro de Lâmpsaco (o velho)</u>		<u>Pre-socrática</u>	
<u>Metrodoro de Quio</u>		<u>Atomística</u>	
<u>Mia</u>		<u>Pitagórica</u>	
<u>Mnesarco de Atenas</u>		<u>Estoica</u>	
<u>Moderato de Gades</u>		<u>Neopitagórica</u>	
<u>Mônimo</u>		<u>Cinismo</u>	
<u>Nausífanos</u>		<u>Atomística</u>	
<u>Nicarete de Megara</u>		<u>Megárica</u>	
<u>Nicolau de Damasco</u>			
<u>Nicômaco</u>		<u>Neopitagórica</u>	
<u>Nicômaco (filho de Aristóteles)</u>		<u>Peripatética</u>	
<u>Ninfidiano de Esmirna</u>	fl. c. 360	<u>Neoplatônica</u>	
<u>Numênio de Apameia</u>	fl. c. 275	<u>Neopitagórica</u>	
<u>Ocelo Lucano</u>		<u>Pitagórica</u>	
<u>Olimpiodoro, o Jovem</u>	c. 495-570	<u>Neoplatônica</u>	
<u>Olimpiodoro, o Velho</u>		<u>Peripatética</u>	
<u>Onasandro</u>	fl. século I	<u>Médio platonismo</u>	

Nome	Período	Escola	Notas
<u>Onatas</u>		<u>Pitagórica</u>	
<u>Orígenes, o Pagão</u>	fl. c. 250	<u>Médio platonismo</u>	
<u>Pâncrates de Atenas</u>		<u>Cinismo</u>	
<u>Panécio</u>		<u>Estoica</u>	
<u>Pantoides</u>		<u>Megárica</u>	
<u>Parmênides de Eleia</u>		<u>Pré-socrática, Eleática</u>	sustentou que a única coisa que existe é ser ele mesmo; professor de <u>Zenão de Eleia</u>
<u>Pásicles de Tebas</u>		<u>Megárica</u>	
<u>Patrão, o Epicurista</u>		<u>Epicurista</u>	
<u>Peregrino Proteu</u>		<u>Cinismo</u>	
<u>Perseu</u>		<u>Estoica</u>	
<u>Pirro</u>		<u>Pirronismo</u>	considerado o primeiro filósofo <u>cético</u>
<u>Pitágoras</u>		<u>Pitagórica</u>	
<u>Platão</u>	428/427 a.C. — 348/347 a.C.	<u>Acadêmica</u>	aluno de Sócrates e professor de Aristóteles; famoso pela <u>Teoria das Ideias</u>
<u>Plotino</u>	c. 204 – 270	<u>Neoplatônica</u>	
<u>Plutarco</u>	c. 46 – 120	<u>Médio platonismo</u>	
<u>Plutarco de Atenas</u>	c. 350 – 430	<u>Neoplatônica</u>	
<u>Polemárcio</u>			
<u>Polemo de Atenas</u>		<u>Estoica</u>	

Nome	Período	Escola	Notas
<u>Polemo de Atenas (escolar a)</u>	antes de 314 a.C. - 270/269 a.C.	<u>Acadêmica</u>	
<u>Polemo de Laodiceia</u>		<u>Sofística</u>	
<u>Polieno de Lâmpsaco</u>		<u>Epicurista</u>	
<u>Polístrato</u>		<u>Epicurista</u>	
<u>Polo</u>			
<u>Porfírio</u>	234 – c. 305	<u>Neoplatônica</u>	aluno de <u>Plotino</u> ; escreveu o <u>Isagoge</u> , uma introdução às " <u>Categorias</u> " de <u>Aristóteles</u>
<u>Posidônio</u>		<u>Estoica</u>	
<u>Potamão de Alexandria</u>		<u>Eclética</u>	
<u>Praxífanos</u>		<u>Peripatética</u>	
<u>Príscio de Lídia</u>	fl. c. 550	<u>Neoplatônica</u>	
<u>Prisco do Epiro</u>	c. 305-c. 395	<u>Neoplatônica</u>	
<u>Proclo</u>	412 – 485	<u>Neoplatônica</u>	
<u>Proclo de Laodiceia</u>			
<u>Proclo Malotes</u>		<u>Estoica</u>	
<u>Pródico</u>		<u>Sofística</u>	
<u>Protágoras</u>		<u>Sofística</u>	
<u>Ptolomeu Algaribe</u>		<u>Peripatética</u>	
<u>Querefonte</u>		<u>Socrática</u>	
<u>Salústio</u>		<u>Neoplatônica</u>	
<u>Salústio de Emesa</u>		<u>Cinismo</u>	

Nome	Período	Escola	Notas
<u>Sátiro</u>		<u>Peripatética</u>	
<u>Segundo, o Silencioso</u>		<u>Cinismo</u>	
<u>Sexto de Queroneia</u>			
<u>Sexto Empírico</u>		<u>Pirronismo</u>	
<u>Simão, o Sapateiro</u>		<u>Socrática</u>	
<u>Símias de Tebas</u>		<u>Pitagórica</u>	
<u>Simplício de Cilícia</u>	c. 490 - c. 560	<u>Neoplatônica</u>	
<u>Sirão</u>		<u>Epicurista</u>	
<u>Siriano</u>	morto em c. 437	<u>Neoplatônica</u>	
<u>Sócrates</u>		<u>Socrática</u>	considerado o primeiro filósofo moral e um dos fundadores da filosofia ocidental
<u>Sópatro de Apameia</u>	morto antes de 337	<u>Neoplatônica</u>	
<u>Sosígenes</u>		<u>Peripatética</u>	
<u>Sosípatra</u>	fl. c. 325	<u>Neoplatônica</u>	
<u>Sótion</u>		<u>Neopitagórica</u>	
<u>Tales</u>		<u>Pré-socrática, Milésia</u>	o primeiro filósofo; sustentou que o primeiro princípio (<i>arche</i>) é a água; um dos <u>Sete Sábios da Grécia</u>
<u>Teagenes de Patras</u>		<u>Cinismo</u>	
<u>Teano</u>		<u>Pitagórica</u>	
<u>Teão de Esmirna</u>		<u>Neopitagórica</u>	
<u>Telaugé</u>		<u>Pitagórica</u>	

Nome	Período	Escola	Notas
<u>Télecles de Fócida</u>	morto em 167/166 a.C.	<u>Cética acadêmica</u>	
<u>Teles, o Cínico</u>		<u>Cinismo</u>	
<u>Temista de Lâmpsaco</u>		<u>Epicurista</u>	
<u>Temístio</u>		<u>Neoplatônica</u>	
<u>Teodoro de Asine</u>	fl. século III	<u>Neoplatônica</u>	
<u>Teodoro, o Ateísta</u>		<u>Cirenaica</u>	
<u>Teofrasto</u>		<u>Peripatética</u>	
<u>Tímon</u>		<u>Pirronismo</u>	
<u>Timeu de Lócrida</u>		<u>Pitagórica</u>	
<u>Timeu, o Sofista</u>	fl. entre os séculos I e IV	<u>Médio platonismo</u>	
<u>Timica</u>		<u>Pitagórica</u>	
<u>Tísias</u>		<u>Sofística</u>	
<u>Trasímaco</u>		<u>Sofística</u>	
<u>Trasímaco de Corinto</u>		<u>Megárica</u>	
<u>Xenarco de Selêucia</u>		<u>Peripatética</u>	
<u>Xeniádes</u>		<u>Pirronismo</u>	
<u>Xenócrates</u>	c. 396—314 a.C.	<u>Acadêmica</u>	
<u>Xenófanes de Cólofon</u>		<u>Pré-socrática, Eleática</u>	afirmou que, se os bois fossem capazes de imaginar deuses, esses deuses seriam na imagem de bois
<u>Xenófilo</u>		<u>Pitagórica</u>	amigo e professor de <u>Aristóxenes</u>

Nome	Período	Escola	Notas
<u>Xenofonte</u>			
<u>Zenão de Cítio</u>	334—262 a.C.	<u>Estoica</u>	fundador da escola estoica de filosofia
<u>Zenão de Eleia</u>		<u>Pré-socrática</u> , <u>Eleática</u>	criador dos <u>paradoxos de Zenão</u>
<u>Zenão de Sídon</u>	150—75 a.C.	<u>Epicurista</u>	às vezes denominado o "principal epicurista"
<u>Zenão de Tarso</u>	fl. 200 a.C.	<u>Estoica</u>	
<u>Zenóbio</u>	século II d.C	<u>Sofística</u>	Viveu na época do imperador Adriano
<u>Zenódoto</u>	fl. c. 475	<u>Neoplatônica</u>	descrito como "o querido de <u>Proclo</u> "

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_fil%C3%B3sofos_da_Gr%C3%A9cia_Antiga